

**ESPECIAL SEMANA SANTA 2026**  
A PREPARAÇÃO DA PÁSCOA EM SARDOAL  
Págs. 15 a 18

**ESPECIAL CRIA**  
49 ANOS AO SERVIÇO DOS QUE MAIS PRECISAM DE APOIO  
Págs. 03 a 06

**VILA DE REI**  
MUNICÍPIO CANCELA EVENTOS E PRIORIZA APOIOS À POPULAÇÃO  
Pág. 21

**MulieR**  
ROUPA INTERIOR MASCULINA, FEMININA E DE CRIANÇA

**Chantelle**  
20%desconto\*

Soutiens tamanhos especiais  
Copa A a H

TUDO O TIPO DE ROUPA INTERIOR ATÉ 4XL

RUA MONTEIRO DE LIMA, 7 | CENTRO HISTÓRICO | ABRANTES  
TEL. 241 098 220 | WWW.FACEBOOK/MULIER.PT

1 A 31 DE MARÇO

PUBLICIDADE



Depois dos ventos da Kristin,  
veio a chuva...

**TEJO TEVE A MAIOR CHEIA DO SÉC. XXI**

Pág. 24

**MAÇÃO**  
“Obras de Santa Engrácia”  
enervam população de Cardigos Pág. 13

**“O tamanco”**

**JUNTO ÀS BOMBAS DA BP**  
ALFERRAREDE - ABRANTES  
969 955 600

- REPARAÇÃO DE CALÇADO •
- PRODUTOS E AFINS •
- ARTIGOS EM PELE •
- REPARAÇÃO DE MALAS E ACESSÓRIOS •
- CHAVES E CHAVES CODIFICADAS •
- CHAVES COMANDO AUTO •
- PORTA CHAVES • COMANDOS •
- MATRÍCULAS •

PUBLICIDADE

**MÓVEIS MOVÍRIS**

Móveis . Colchões . Sofás

**VÁRIAS PROMOÇÕES E BONS PREÇOS**

241 377 494  
ALFERRAREDE  
Ao lado da SAPEC,  
em frente às bombas combustíveis BP

PUBLICIDADE

## EDITORIAL /



/ Patrícia Seixas  
/ DIRETORA

Começámos fevereiro a fazer contas à vida. Terminámos o mês ainda sem as contas fechadas porque com o comboio de tempestades, tivemos uma cheia como já não víamos há uns 30 anos. Enquanto os municípios continuam a lutar com as folhas de excel e as candidaturas às CCDR para fazer face aos prejuízos, os concelhos da região continuam de pantanas. Como se não bastasse, a chamada época de fogos vai aproximar-se a passos rápidos e as nossas florestas parecem saídas de um filme de guerra. Todo o tempo é curto, muito curto, e todos teremos que fazer a nossa parte. Quem tem terrenos para limpar, que os limpe e ajude a minimizar os problemas que, acreditem, vão chegar. Infelizmente.

E quando tudo parecia acalmar e voltar à normalidade possível, eis que o mundo volta a enlouquecer e a deixar-nos perplexos, com pensamentos a ficarem pela metade. Trump e Netanyahu decidem atacar o Irão que, por sua vez, decide atacar tudo e todos. Se consigo perceber os interesses por parte de Estados Unidos e Israel? Consigo. Se percebo o que levou o Irão a atacar alvos civis em países vizinhos que não têm bases americanas nos seus territórios? Nem por isso. E oiço as explicações dos ditos especialistas que pululam nos nossos canais televisivos (e tantos especialistas meus senhores) e não me parece que algum me tenha conseguido esclarecer. Concluo, portanto, que não são suficientes. Ou então porque tenho esta mania de tentar perceber tudo e todos, mesmo os que não fazem sentido nenhum. Erro meu.

E quanto a fazerem desaparecer Ali Khamenei? Muda alguma coisa no país onde proliferam aiatolas? Será que conseguem fazer cair o regime islâmico? Aguardemos... E depois, no meio disto tudo, ainda a discussão que parece eternizar-se a respeito da Base das Lajes. Senhores, por favor, deixem-se disso. Há um protocolo, o protocolo foi cumprido. Ponto. Esqueçam as Lajes, por favor. Finjam-se de mortos... É que se enervamos o homem que manda lá do outro lado, um dia destes ainda vou precisar de passaporte para poder passar as minhas férias nos Açores. Portanto, o melhor a fazer, já dizia a minha bisavó Ana, é rezar. E estamos quase a entrar na época em que voltamos a acreditar que tudo é possível se tivermos fé. Aproxima-se a Semana Santa e em Sardoal os preparativos já estão em andamento. Que a aproveitemos para pensar o que queremos da nossa vida e deste mundo que estamos a deixar aos mais novos. Ah, ia-me esquecendo, este mês temos novo Presidente da República. Com o país e o mundo como estão, boa sorte António José Seguro. Até abril, com um mundo melhor, espero eu.

## FOTO OBSERVADOR /

# O Dia Mundial da Rádio assinalou-se a 13 de fevereiro

Um dia proclamado, em 2011, na 36.ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas

para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O seu objetivo é demonstrar a importância da rádio enquanto meio de divulgação de informação a baixo custo.

É, também, um meio de comunicação que consegue alcançar populações mais remotas e marginalizadas, garantindo o acesso à informação e ao ensino.

E foi nessa manhã que a Rádio Antena Livre recebeu nos seus estúdios um grupo de utentes do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA).

Vieram ver como se fazia rádio, assistiram à edição das notícias das 11 horas e estiveram em estúdio para uma conversa com o Paulo Delgado.

Obrigada pela visita.



## AS VOZES DA RÁDIO /

### Tiago André Lopes | Opinião Internacional

Marca presença regular na CNN Portugal, onde é comentador de política internacional, papel que também desempenha na rádio Antena Livre, onde o podemos ouvir todas as sextas-feiras.

É professor de Relações internacionais na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto. É doutorado em Ciências Sociais e Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa, é licenciado em Comunicação Social no Ramo de Jornalismo, pelo Instituto Politécnico de Tomar, e tem o bacharelato em Comunicação Social.

Como investigador, publicou vários artigos em revistas especializadas e desenvolve a sua pesquisa em dois centros de investigação em Portugal: Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEIA) e Instituto do Oriente da Universidade de Lisboa.

É ainda membro do Observatório Eleitoral Internacional do CEJEIA, membro da Assembleia Geral da Comissão Portuguesa do Atlântico e analista do think tank Wikistrat dos Estados Unidos da América.



# 49 anos de uma história que continua a ser escrita

O

Quase a chegar aos 50 anos de existência, o CRIA foi fundado em 1977 o objetivo de promover a inclusão social e apoiar pessoas com deficiência ou incapacidade. E apontou sempre a ser uma resposta, sobretudo, através da área educativa, depois ocupacional e ainda na formação profissional. E com estas respostas atender aos diversos níveis de deficiência, das mais profundas a mais leves.

O CRIA hoje designa-se como Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, mas durante muitos anos foi o Centro de Recuperação Infantil de Abrantes. Criado numa altura de mudança de mentalidades porque, antes, ter uma pessoa com deficiência numa família era para esconder da sociedade.

Felizmente as mentalidades mudaram, as respostas começaram a surgir um pouco por todo o país, assim como a normalização da integração. Até porque, em muitos casos, a integração pode ajudar ou mudar a vida de muitas destas pessoas que ao terem deficiências mais leves podem trabalhar ou estar em áreas de formação profissional, sem terem de estar afastados ou à margem das sociedades.

O CRIA nasceu em Abrantes, mas com instalações espalhadas por vários locais. Desde sempre agregou os concelhos dos arredores de Abrantes como Constância, Gavião, Mação e Sardoal. Quando foi fundado, a 23 de março de 1977, o CRIA apontava a ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) focado na recuperação e reabilitação de crianças com deficiência. Apesar do aniversário ser a 23 de março, foi num 3 de março de 1977, após escritura notarial, que a instituição ganhou forma jurídica. De acordo com esse documento, a sede provisória era na Praça Barão da Batalha, freguesia de S. João Baptista, cidade de Abrantes. E nesse documento legal pode ler-se que o objeti-

// O CRIA tem cerca de 170 utentes em Abrantes e Mação, cerca de uma centena de trabalhadores, auxiliares e técnicos superiores, e um orçamento anual da ordem dos 3 Milhões de Euros.



/ A sede está a sofrer uma grande intervenção de transição energética. Com a instalação de painéis solares, toda a cozinha deixou de trabalhar a gás e passou para eletricidade.

vo é “promover a motivação e adaptação da criança diminuída à família, à sociedade, através da sua educação e valorização profissional.”

Em maio ainda desse ano, 1977, Palmira Vieira Ferreira cedeu uma casa em Rio de Moinhos e 100 mil escudos para as necessárias obras de adaptação, para que naquele espaço se pudesse instalar o C.R.I.A..

E foi ainda nesse mesmo ano, 1977, que nesta casa de Rio de Moinhos foram acolhidas as primeiras crianças (cerca de duas dezenas).

Em finais da década de 70 come-

çou a ser equacionada a compra de um terreno de 10 hectares com pinheiros e oliveiras, em Olho de Boi. Mas só a 26 de janeiro de 1984 é que foi efetivada a escritura de compra deste terreno. O CRIA pagou 400 mil escudos por cinco hectares do terreno, os outros cinco hectares foram oferecidos pelo proprietário do terreno, Eng. Miguel Paes do Amaral.

Na altura havia já indicação clara de que a IPSS necessitava de um espaço capaz de responder aos desafios e aquilo que, na altura, a direção preconizava para estas pessoas.

A 20 de setembro de 1991 foi lançada a primeira pedra para a construção das novas instalações do CRIA e a 14 de junho de 1996 a vida do CRIA mudou de forma definitiva com a conclusão das novas instalações. E foi nesse

ano que Câmara Municipal de Abrantes atribuiu ao Centro a Medalha de Mérito Social do Município, o mais alto galardão atribuído na altura por esta entidade.

A partir de 1 de julho de 2007, fica operacional o Lar Residencial do CRIA. Uma outra resposta para fazer face a um problema. Os utentes que não têm família capaz de os acolher ou os que têm deficiência mais profunda e necessitam de acompanhamento permanente.

Corria o ano de 2009 quando esta IPSS alterou oficialmente a sua designação de Centro de Recuperação Infantil de Abrantes para Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, mantendo a sigla CRIA. E a mudança de designação foi feita, de acordo com a direção da altura, “para refletir mais fielmente a amplitu-

de atual das respostas sociais que vão muito além da infância”. Isto porque a instituição, ao longo dos anos, foi alargando a área de ação, passando a ser um chapéu com integração social, formação profissional, apoio a adultos com deficiência, atividades ocupacionais e lar residencial.

Hoje o CRIA é uma estrutura com um orçamento anual de 3 Milhões de Euros, com acordos com a Segurança Social, Municípios e algumas empresas, em diversas áreas da sua atividade. Tem cerca de 170 utentes nas suas várias áreas de ação e cerca de uma centena de trabalhadores, entre os cuidadores, auxiliares, técnicos superiores, professores, formadores e administrativos.

A instituição trabalha para capacitar e integrar socialmente crianças, jovens e adultos com deficiência nas suas famílias e na sociedade, oferecendo uma variedade de serviços e programas nas áreas da educação especial, no CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (a escola do CRIA), formação profissional e reabilitação profissional; lar Residencial para pessoas com deficiência que necessitem de apoio continuado; terapias diversas (ocupacional, fisioterapia, terapia da fala, hidroterapia, hipoterapia); e projetos comunitários, como intervenção precoce, ajuda alimentar, apoio familiar e programas de inclusão social.

O CRIA tem como presidente da direção Vitor Moura, secretária Maria Paula Ferrão, tesoureiro Luís Agudo e vogais, Fernando Jorge Lopes e José Carlos Veríssimo. O presidente da assembleia-geral é José Luís Silva e o presidente do conselho fiscal Luís Ablú Dias.

Tem ainda uma comissão de utentes que mais não é do que um grupo de utentes que representa todos os colegas das várias respostas sociais que funcionam na instituição.

/ Jerónimo Belo Jorge

# CRIA é um “barco” que, finalmente, navega em águas calmas

// Com quase 49 anos de vida o Centro de Recuperação Infantil de Abrantes passou a Centro de Recuperação e Integração de Abrantes. O centro tem várias respostas nos concelhos de Abrantes, Mação e Sardoal e, depois de um período mais difícil, do ponto de vista financeiro, está estável e a fazer novos investimentos. A lista de espera é enorme, e nesta entrevista, Vítor Moura, presidente da direção da instituição, considera que o Estado deveria ter um papel mais presente numa área em que há listas de espera enormes.

/ por Jerónimo Belo Jorge

**Quando falamos de CRIA falamos de um barco já que não é a remos. Estamos a falar de uma instituição pesada, do ponto de vista financeiro?**

O CRIA é uma casa dinâmica, que completa para o ano o cinquentenário. Portanto, ali acontecem coisas todos os dias, não serão extraordinariamente importantes, mas são pela natureza da instituição, sempre muito importantes e essa é de facto a nossa grande aposta, em conseguir levar àqueles utentes o melhor que possamos fornecer a todos os níveis.

**Falamos de várias respostas e um conjunto de ofertas também para os vários níveis de necessidade destas pessoas?**

O âmbito do trabalho do CRIA é exatamente a capacitação e a integração das pessoas portadoras de deficiência, mas temos ali outras respostas que, sendo sociais, não tratam da deficiência. São heranças de direções anteriores, que por uma outra razão decidiram que assim fosse, e posso aqui citar, para que as pessoas que estão a ouvir e que não tenham tanto conhecimento do que se passa no CRIA, temos ali, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção. Temos uma resposta que trata simplesmente disso, que é uma delegação de competências da Câmara Municipal.

Temos ali o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, que é, digamos assim, grosso modo, uma coisa semelhante a um banco alimentar. Tivemos o CLDS, que saiu recentemente. E essas respostas às vezes constituem, podem constituir, alguns problemas no próprio CRIA. Eu não vim aqui para criticar, nem sequer falar em direções anteriores, mas eu sou muito sincero. Nós, a atual direção, não veríamos com maus olhos se as respostas que não tratam especificamente da deficiência, ali não estivessem. Para dar um exemplo, o CLDS saiu do CRIA. Tínhamos no CLDS, três pessoas, técnicos superiores, a trabalhar. Ao saírem dali, ninguém nos perguntou o que é que íamos fazer com aqueles técnicos superiores.

**O que é que o CRIA faz com essas pessoas?**



Isso transporta-nos para uma das principais preocupações que esta direção tem tido, que nem sempre podemos resolver, porque as pessoas têm os seus direitos enquanto trabalhadores, mas podem representar constrangimentos que podem afetar situações no CRIA.

**O CRIA é uma casa dinâmica e com muita “gente”?**

Aquilo é uma casa com muita dinâmica. As pessoas se acompanharem as redes sociais já percebem por onde andam os nossos meninos, as atividades que mesmo internamente ali se desenvolvem portanto, o CRIA tem um dinamismo grande. Estamos a falar, no fim de contas, de uma casa que emprega ainda mais de 100 pessoas e que tem um orçamento anual superior a 3 Milhões de Euros.

**E temos, então, as várias respostas. Vamos começar por explicar, começamos pelas residências, pelo lar?**

Nós temos na nossa sede, em Alferrarede, 20 pessoas em internato e em Mação 19. Este é, aliás, é um problema nacional. A lista de espera

é superior ao número de vagas ocupadas. Ou seja, nós temos cerca de 70 pessoas em lista de espera sendo que algumas nem são do nosso concelho. Portanto, podemos excluir, se calhar, uma dúzia de pessoas porque a carência a nível nacional é tão grande que os familiares têm o cuidado de, com alguma antecedência, antes ainda das pessoas precisarem com urgência de ser acolhidas os inscrever. Até antes de a necessidade ser absoluta. E depois temos pessoas de outras regiões do país que estão inscritas aqui como noutra zona qualquer porque sabendo que o problema é nacional os familiares têm o cuidado de os inscreverem em vários lugares para ver se conseguem vaga em algum deles. A verdade é que daquelas 70 pessoas haverá no mínimo 50 pessoas que precisavam, hoje mesmo, de internato.

O que está hoje a ser perspectivado é o apoio às chamadas residências autónomas inclusivas. São residências que não são só para os portadores de deficiência, mas também para aqueles que têm um perfil que lhes permite alguma independência

e até socializar em meio urbano. São residências tipo T2 ou T3. Cada uma dessas residências autónomas com o máximo de cinco utentes. Se nós queremos resolver o problema de 50 pessoas precisaríamos de dez soluções destas. O que é que estamos a fazer neste momento é a tentar mobilizar os três municípios Abrantes, Sardoal e Mação para nos ajudarem a resolver esse problema. Ou seja, estamos a tentar que os três municípios adquiram em meio urbano uma, duas ou mais frações, que podem ser antigas e a precisar de bastante requalificação, porque depois é feito o projeto de requalificação e podemos aguardar então a participação financeira para fazer a obra.

**O que é que gostava de ter aqui?**

Temos a promessa feita pelo atual presidente da Câmara de Sardoal de reunir connosco e com a Santa Casa da Misericórdia porque, ao que nos consta, a Misericórdia tem algumas instalações que poderia negociar. Temos de que dos utentes do CRIA, cerca de 80% residem no concelho de Abrantes.

A anterior Câmara Municipal do

Mação teve o cuidado investir 1 milhão e 300 mil euros em obra que é hoje a unidade do Mação do CRIA, e que disponibilizou em comodato. O CRIA apenas paga a sua utilização, a limpeza, os seus consumos, ou seja, as instalações continuam propriedade do município, mas o CRIA utiliza-as integralmente e sem pagar um único cêntimo.

Com a Câmara de Abrantes, também temos feito esse esforço fizemos vários pedidos de apoio ao longo do nosso anterior mandato. Até este momento não conseguimos ver deferidos e apoiados nenhum desses apoios, mas estamos em crer que a boa-fé e a vontade de todos os internos acabam por prevalecer e há de haver um momento com certeza em que o município de Abrantes e o CRIA se atendam nessa matéria.

**Esta é uma necessidade do país. Pelo que percebi “todos os dias” está a receber pedidos ou perguntas sobre se há ou não há vaga?**

Quando o cumprimentei aqui à chegada, perguntei-lhe se precisava de mim já, porque precisava de atender uma chamada de uma senhora que já me tinha ligado várias vezes esta manhã [dia de gravação da entrevista] o tema era exatamente esse. Era uma pessoa a pretender inscrever mais um utente no CACI, no Centro das Atividades para a Capacitação e para a Inclusão. Numa linguagem mais perceptível é a escola do CRIA.

**A abertura da unidade de Mação permitiu abrir mais vagas em Abrantes?**

Eu ainda não estava em direção nesse momento. Mas houve intentos que foram do CRIA sede para o CRIA Mação e outras que foram admitidas de novo em Mação. Neste momento temos cerca de 120 trabalhadores. Normalmente no CRIA o número de utentes que estamos a servir não é rigoroso, sobretudo por causa dos cursos de formação profissional que as pessoas às vezes não completam. Mas temos ali sempre entre 130 a 140 pessoas a ser acompanhadas.

**E depois há a unidade de Mação?**

Sim e também tem internamento e um CACI. São 20 CACI e 19 em lar. Portanto, são 39 em mação, 130 a 140

em Abrantes. Estamos aqui a falar de quase 200 utentes

### A população conhece ou sabe o que é o CRIA? Terão a noção do que é que representa esta instituição?

É curioso. Eu próprio sou um exemplo dessas pessoas. Eu não conhecia o CRIA, digamos assim. E há uns anos foi do domínio público algumas dificuldades que o CRIA passou, sobretudo a nível financeiro. E um dia cruzei-me com o então presidente, Nelson de Carvalho, e questionei-o sobre o assunto. E disse-lhe: “tenho estado sempre tranquilo, até porque as pessoas que têm passado por aí são ex-presidentes de Câmara, e não me preocupei sobremaneira com aquilo que se possa passar no CRIA, mas agora com aquilo que tenho lido e escutado, as coisas não estão bem.” E tive uma conversa breve com ele. E ele disse-me: “eh pá? eu próprio vou ter o cuidado de fazer chegar uma proposta para te fazer associado.” Eu próprio desloquei-me ao CRIA e fiz-me associado. E depois participei lá numa ou duas reuniões da Assembleia Geral.

### Mas tinha a noção do que era a instituição?

Tinha a noção, qualquer cidadão comum tem. Conhecer o CRIA, as instalações, ver como funciona, não

fazia a menor ideia. Não estava dentro. Nem nunca imaginei vir a ser diretor do CRIA.

### Quem quiser conhecer melhor ou perceber o que é a instituição, as portas estão abertas?

Completamente, até porque para o ano vamos completar 50 anos e do programa de comemoração, com certeza há de haver o cuidado de chamar os abrantinos, os sardoalenses e os maçaenses. A nossa porta está sempre aberta à comunidade. Até porque se há 30 ou 40 anos havia um cuidado das famílias em esconder os familiares com deficiência, hoje não é assim.

### E o CRIA (os utentes) podem ver-se em todo o lado. Por exemplo, as marchas populares de Abrantes...

... O quotidiano deles é isso mesmo. Aqueles meninos são muito felizes e transmitem-nos uma felicidade muito grande. Ninguém imagina o prazer que a direção sente por trabalhar naquela casa.

### Como é que uma empresa, um cidadão, pode ajudar o CRIA. Mecanato? Donativos?

Não vamos pensar que toda a gente está a apoiar o CRIA. Longe disso, como é evidente, até porque continua a fazer falta o apoio. As contas estão equilibradas, mas o dinhei-

ro não queda mais, porque temos sempre necessidade de gastar em muitas coisas. Mas neste momento, já poderemos falar nisso mais adiante, mas para já dizer que há situações, umas simbólicas e outras de maior importância, de entidades e de pessoas individualmente mesmo, que têm o cuidado de ajudar o CRIA.

### O CRIA tem um orçamento da ordem dos 3 ME. Houve problemas financeiros, que puseram em causa até a própria continuidade da instituição. Hoje o CRIA tem uma situação financeira sólida, estável?

Completamente estável. As coisas orientaram-se. Nós quando chegámos, pode ser tornado público, não há segredos, encontramos ainda uma situação já melhor encaminhada, pelo histórico, enfim, percebemos que terá por ali passado. O doutor Nelson na sua direção já terá, encaminhado as coisas de forma a retomar alguma normalidade, mas ainda fomos encontrar a situação financeira bastante difícil. Nós tínhamos em débito a bancos 660 mil euros de dívida, e tínhamos os prestadores de serviços com cerca de 6 meses de atraso.

E os próprios fornecedores. Até do pão e do leite que se utiliza naquela cozinha, também deviam cerca de 4 meses. Quero aqui destacar o meu braço direito, o Luís Agudo, e os

## “Se há 30 ou 40 anos havia um cuidado das famílias em esconder os familiares com deficiência, hoje não é assim”

restantes membros da direção compreenderão que faço essa justiça.

Tenho de dizer, exatamente para refutar e condenar uma acusação que me foi feita por uma pessoa com altas responsabilidades no nosso concelho, que é exatamente o atual presidente da Câmara, que me disse em público que eu utilizava o CRIA para fazer política partidária. Quero dizer que uma das coisas que esta direção fez, e que foi decisiva na resolução dos problemas financeiros do CRIA, foi tirar dali a política e as cunhas.

Até então, as direções eram conotadas com partidos políticos. A direção de Doutor Humberto, e depois a do Doutor Nelson de Carvalho, tinham conotação política, pertenciam à mesma força política. E esta direção, as pessoas que compuseram a direção, quando me convidaram,

já tinham formado a lista, tiveram o cuidado de fazer uma coisa, chamaram para o presidente um homem de uma força política, que sou eu. E à minha volta, puseram quatro pessoas de uma ideologia diferente. E eu achei curioso, achei engraçado, mas achei poder ser interessante. O presidente tem uma cor política e os outros têm outra, e vão trabalhar todos em conjunto. E foi isso que aconteceu. Foi isso que aconteceu.

### Há perspectiva, nem que seja ainda distante de haver algum alargamento da instituição?

Nós estamos comparativamente bem servidos. Além de já termos pago as dívidas não ficamos parados. E depois disso já adquirimos três carrinhas de nove lugares. Precisamos muito de um autocarro. O nosso autocarro tem o motor partido. Imagina-se o que é o CRIA só ter um autocarro, um autocarro com mais de 20 anos e está há três meses sem ele? Investimos 38 mil euros em painéis fotovoltaicos, portanto, a questão energética é permanente e todos temos de estar apostados nela. Esse investimento permitiu-nos também investir 28 mil euros a renovar o equipamento da cozinha, as nossas máquinas de cozinha, fogões, enfim, panelas, todo aquele equipamento da cozinha era a gás e passámos para elétrico na totalidade.

# DACIA SERVICE



AO FAZER A MANUTENÇÃO NA MERCAR



MAKE IT LAST\*\*

\*Garantia Dacia ZEN: 1 ano de garantia para o seu Dacia por cada revisão que faça na marca. Cobertura máxima de 7 anos ou 150.000km (o que primeiro ocorrer). Exceto táxis, TVDE, escolas de condução, RAC e Entidades públicas. Consulte a elegibilidade e condições.

\*\* É PARA DURAR

# Da atividade ocupacional à formação profissional

// O CRIA é muito mais que um lar ou “uma casa” que acolhe e toma conta dos seus utentes durante o dia. Tem atividades, e muitas.

Há a resposta CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão com nove salas, cada uma com dez utentes, na sede, e mais duas em Mação, igualmente com dez utentes em cada.

Tem oito utentes com educação especial, os que estão em idade escolar e ao abrigo a obrigatoriedade de frequência. São dois professores de ensino básico que cuidam dos utentes deles em idade até aos 18 anos, no ensino escolar obrigatório. A partir dos 18 são canalizados para o CACI ou formação profissional.

Depois há a formação profissional e os utentes que trabalham nos jardins ou em empresas da região, com perfis mais capazes.

O CRIA depois tem 39 utentes que habitam nos dois lares (20 em Abrantes e 19 em Mação).

É para as duas unidades que todas as manhãs, por meios próprios ou por transporte da instituição, os utentes são direcionados. O CACI, a escola da instituição, tem atividades de todos os tipos, consoante as necessidades de cada sala e orientados por técnicos superiores. De referir que 35% do quadro de pessoal da instituição é constituído por técnicos superiores. Depois, às 4 da tarde, inverte-se o sentido e os utentes regressam a casa. Na IPSS há psicólogos, educadores de infância, animadores socioculturais, técnicos de desporto adaptados, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais. Temos um número de



/ O CRIA depois tem 39 utentes que habitam nos dois lares, Abrantes e Mação

especialidades terapêuticas que acompanham estes utentes e, portanto os valorizam e os capacitam com todo o empenho e com ótimos resultados.

A formação profissional também tem sempre dezenas de pessoas de perfis um pouco mais capazes de desenvolver determi-

nado tipo de atividade profissional, em alguns casos mesmo que resultam no emprego em empresas da região. E a formação profissional mostra, de acordo com Vítor Moura, presidente da direção, o valor para eles próprios, e para a própria instituição, saber que fomos capazes de reabilitar e incluir profissionalmente um dos nossos utentes. Na jardinagem que têm contratos com o Município de Abrantes em que eles fa-

zem o trabalho normal de cuidar de vários espaços a Câmara paga ao CRIA, por mês cinco mil euros. “Eles não trabalham sozinhos, temos técnicos superiores que supervisionam esse trabalho e até o acompanham presencialmente no terreno é normal as pessoas passarem pelos jardins do município e verem os utentes do CRIA acompanhados mesmo de jardineiros e também de uma técnica superior a fazer aqueles trabalhos.”

Mas há outros exemplos. A antiga Robert Bosch, o Intermarché ou a Residencial Mansinho têm protocolos com o CRIA onde os utentes prestam o seu serviço, onde as empresas lhe pagam. E segundo o dirigente não é só um valor simbólico, pois funciona como motivação para que eles se sintam valorizados. “Sabemos que são tratados com todo o carinho e muito estimados e apreciados também pelo seu trabalho e até pela relação interpessoal que acabam por estabelecer tanto com os donos dos estabelecimentos e com os colegas de trabalho.”

Vítor Moura fala depois noutro aspeto. “Para além da importância que eles dali trazem. Há uma parte que é destinada a eles que fazem o trabalho e há uma outra parte que fica no cofre do CRIA. E temos o cuidado de explicar porque o CRIA tem que ser acima de tudo solidariedade e aqueles que têm um perfil capaz de fazer algo a terceiros também eles devem partilhar. É por isso que há uma parte que fica no cofre da instituição. Eles concordam que têm o dever de ser solidários com os colegas cujos perfis não têm capacidade para fazer nenhuma dessas tarefas e, portanto eles são solidários também na parte que fica no CRIA. Contribuem para o bem-estar dos colegas que não são capazes de desempenhar essas funções.”

/ Jerónimo Belo Jorge

## CRIA abriu unidade de Mação em 2021

Foi em plena pandemia, com máscaras, e sem uma festa que seria grande, se fosse um 3 de julho normal, até porque coincidiria com a Feira Mostra de Mação quando foi inaugurada a unidade de Mação. Uma extensão do serviço do CRIA para dar resposta, em grande parte, aos utentes daquele concelho.

Mas para perceber o que é que foi inaugurado a 3 de julho de 2021 temos de recuar a 2016, muito antes de a pandemia ter vindo “complicar” as nossas vidas. Nesse ano, em novembro, Vasco Estrela, presidente da Câmara de Mação foi, juntamente com Nelson

Carvalho e José Carlos Veríssimo, ambos do CRIA, a uma reunião ao gabinete do Ministro do Trabalho e Solidariedade Social da altura, José Vieira da Silva. E nessa reunião, os três, apresentaram esta ideia de “criar uma parceria com estas três entidades”. E, nessa altura, “fomos incentivados a seguir em frente, a conseguir esse objetivo”.

E houve mesmo um exemplo da Amadora que tinha um projeto em que o município fez o investimento, a Segurança Social fez a sua parte e a instituição de resposta social fez a sua.

Apesar de ser um projeto voca-



/ Em Mação, “se não fosse a aposta clara da Câmara Municipal, seria muito complicada a sua execução”

cionado para uma área cada vez mais sensível, o financiamento estatal ou europeu acabou por ser a pensar através deste programa de regeneração urbana, pelo que, se não fosse a aposta clara do poder local (Câmara Municipal) seria

muito complicada a sua execução.

Vasco Estrela acabou por revelar, naquele dia, que este Centro de Atividades Ocupacionais, entregue ao CRIA teve um investimento global de 1,3 milhões de euros. 900 mil na recuperação do edifício e

cerca de 400 mil na aquisição do equipamento.

A unidade de Mação foi criada com duas respostas sociais na área da pessoa com deficiência. E, de acordo com os responsáveis do CRIA e da Segurança Social, há um enorme défice destas estruturas no país. Quer isto dizer que o CAO que agora se designa por Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), tem capacidade para 20 utentes, e o lar residencial, com capacidade para outros 20, pode dar resposta à região, mas também ao país.

E a abertura desta estrutura não acrescentou muito mais recursos humanos, até porque na área das atividades ocupacionais os técnicos são os mesmos, a ir a Alferrarede ou a Mação.

/ Jerónimo Belo Jorge

# Tejo atingiu 33 metros e reacendeu debate sobre “cota 35”

// A cheia do Tejo reacendeu o debate sobre a “cota 35” em Abrantes depois de o rio ter atingido os 33 metros em Rossio ao Sul do Tejo, deixando “um desafio de futuro em termos de planeamentos”, admitiu o presidente do Município.

“Não atingiu a cota 35, mas deixamos um desafio de futuro em termos de planeamento muito significativo e eu próprio reconheço que temos que repensar todas as questões relacionadas com as cheias”, disse o presidente da Câmara de Abrantes, Manuel Jorge Valamatos.

O alerta vermelho do Plano de Emergência para Cheias no Tejo foi acionado em 05 de fevereiro devido às descargas das barragens em Espanha, que chegaram a Portugal cerca de 12 horas depois, provocando picos de caudal de 8.300 metros cúbicos/segundo (m³/s) em Abrantes e 9.000 m³/s em Almourol, a jusante.

Embora o nível do Tejo não tenha atingido a cota 35 - referência do Plano de Gestão de Risco de Inundações (PGRI) para obras em zonas ribeirinhas - o episódio levou o presidente da Câmara de Abrantes a reconhecer a necessidade de refletir sobre o planeamento, ajustando o plano para proteger as pessoas sem comprometer o desenvolvimento do território.

Em 2024, Manuel Jorge Valamatos criticou a aplicação da “cota 35”, considerando as restrições “exageradas” e “castradoras do desenvolvimento”, sobretudo no Rossio, em Alvega e Rio de Moinhos.

Contudo, agora, depois da maior cheia do século XXI, reconhece a relevância do plano e a necessidade de repensá-lo à luz da realidade atual.

“Se calhar até achava que o plano quase já não fazia falta. Reconheço que ele é importante para proteção e segurança das pessoas e deve ser analisado à luz deste acontecimento, distinguindo novas construções da reabilitação do edificado existente. Temos que respeitar o plano, mas adaptá-lo às margens requalificadas, tornando o escoamento das ribeiras mais eficiente e permitindo desenvolvimento económico”, defendeu.

Na reunião do Executivo, Manuel Jorge Valamatos disse não se querer “penitenciar”, mas assumiu que



“Este PGRI tem que ser analisado com base neste acontecimento de 2026, ser atualizado e ser corrigido em função desta experiência”

“tenho que recuar um bocadinho, mas não quero recuar totalmente”. O autarca falou do Plano de Gestão de Risco de Inundações que cobre a zona do Rossio ao Sul do Tejo, Barreiras do Tejo, Alvega, Rio de Moinhos, e afirmou que “mesmo com esta cheia e com estas dimensões, nós conseguimos perceber que há condicionantes do PGRI que são absolutamente exageradas e continuaremos a nos debater sobre esse exagero. Quem conhece as zonas que foram inundadas, percebe que as cheias de hoje, não é que sejam totalmente diferentes daquelas que ocorreram há 40 anos, mas são significativamente diferentes e entendemos também que temos que melhorar as linhas de água, sobretudo a ribeira do Rio Torto”. Manuel Jorge Valamatos

exemplificou com o trabalho feito na Ribeira de Rio de Moinhos, na valorização das margens “e hoje percebemos o trabalho absolutamente extraordinário que ali foi feito e a robustez dos equipamentos e das estruturas. Podemos dizer hoje que temos a ribeira de Rio de Moinhos a funcionar no seu pleno, - temos que melhorar entre a A23 até o Tejo - mas todo o trabalho que foi feito, se não tivesse sido feito, o que não teria acontecido ali na zona da Pucariça, na Aldeinha e em todas aquelas situações...” Para o presidente, há que negociar com a Agência Portuguesa do Ambiente para “também intervir na ribeira do Rio Torto, na ribeira de Coalhos e também na ribeira de Alvega, bem como, por exemplo, nas Sentieiras. Estas situações deixam um rasto de destruição, deixam níveis de preocupação e de horas completamente loucas, mas também deixam aqui alguns ensinamentos”.

O autarca sublinhou ainda que a

situação de agora “ficou muito longe do histórico das últimas grandes cheias” e que seriam necessários mais dois a três metros de água para atingir a cota 35. Ou seja, reforçou, o plano não deve ser revogado, mas tecnicamente revisto. “Tal como está, casas existentes não podem ser reabilitadas, o que é absolutamente castrador”, disse, insistindo na importância de distinguir novas construções da recuperação do edificado existente.

De acordo com o artigo 67.º do PGRI, só são admitidas obras de construção, reconstrução ou ampliação se o piso estiver acima da cota de cheia prevista, critério contestado por Manuel Jorge Valamatos por considerar excessivo e limitador da reabilitação urbana e do desenvolvimento económico nas zonas ribeirinhas.

“O PGRI pode condicionar a intervenção, sobretudo no rés-do-chão, naquilo que já existe. O que devemos

é dar motivação à reabilitação urbana, caso contrário vamos ter as nossas zonas com risco de inundação a cair. Acho que tem que haver bom senso e é esse trabalho que vamos iniciar e desencadear com o nosso gabinete de urbanismo e, obviamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA): procurar aqui bom senso e encontros possíveis para a valorização e, sobretudo, para a motivação da reabilitação urbana”.

Para Manuel Jorge Valamatos, “este PGRI tem que ser analisado com base neste acontecimento de 2026 e ser atualizado e ser corrigido em função desta experiência. Percebendo o histórico dos últimos 100 anos e respeitando essas marcas, mas importa reajustá-lo àquilo que é a vida de uma comunidade inteira e, sobretudo, conseguir criar bom senso nesta análise, de forma a que as comunidades não fiquem completamente sufocadas pelo plano e que permita o desenvolvimento económico e o investimento urbanístico”.

Questionado pelo Jornal de Abrantes se, durante o evento das cheias, alguém da APA tocou no tema da Cota 35, o presidente da Câmara confirmou que o assunto foi abordado “para que do nosso lado também percebamos que tem que haver alguns condicionamentos para a proteção das pessoas mas, por outro lado, também queremos que a Agência Portuguesa do Ambiente e o Ministério do Ambiente percebam que há, em determinadas circunstâncias, condicionantes que são exageradas”.

O presidente da Câmara de Abrantes salientou ainda a coordenação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o trabalho com Espanha na gestão das barragens.

“A APA fez um trabalho extraordinário. Sem essa gestão e os sistemas atuais de previsão meteorológica, a cheia poderia ter sido ainda mais grave”, afirmou.

/ Patrícia Seixas  
c/ Lusa



# óptica alípios

Abrantes  
Alferrarede  
Ferreira do Zêzere  
Leiria  
Tomar

Siga-nos nas redes sociais   /optica.alipios

# Tejo Energia inicia em março desmantelamento da antiga central a carvão do Pego

// A Tejo Energia anunciou, em 19 de fevereiro, que vai iniciar em março a demolição da antiga central termoelétrica a carvão do Pego, num processo previsto para três anos, marcando uma nova fase de reconversão do complexo industrial.

Em comunicado, a empresa explicou que “a intervenção terá como objetivo repor os terrenos às suas condições de base, garantindo a devolução em plena segurança e conformidade ambiental”, tendo acrescentado que o ramal ferroviário e a ponte rodoferroviária existentes não serão alvo de qualquer intervenção.

As torres de refrigeração, com 116 metros de altura, e a chaminé, com 225 metros, serão demolidas na fase final do projeto através do uso controlado de explosivos.

Segundo a empresa, durante o pico dos trabalhos, a operação poderá envolver cerca de 80 trabalhadores.

“Esta fase representará um impacto positivo temporário na economia local, nomeadamente nos setores do alojamento, restauração, comércio e serviços da região” centrada em Abrantes, sublinha o comunicado.

A Tejo Energia destaca que “esta operação altamente técnica será realizada por equipas especializadas e certificadas, cumprindo rigorosamente os mais elevados padrões de segurança, engenharia e proteção ambiental, em estreita articulação com as autoridades competentes”.

O comunicado refere que a gestão de materiais seguirá as “melhores práticas internacionais, privilegiando a reutilização de equipamentos, a reciclagem de be-

**A empresa reafirma que “o compromisso com a segurança, a proteção ambiental e a transparência será mantido”**

tão para operações de nivelamento, a separação e reaproveitamento de materiais metálicos e a minimização de resíduos enviados para aterro”.

Durante a execução dos trabalhos, a Tejo Energia prevê “um aumento temporário do tráfego rodoviário nas vias de acesso ao complexo industrial, associado à circulação de maquinaria pesada e ao transporte de materiais”, referindo que sempre que necessário

serão implementadas medidas de gestão e segurança rodoviária para “mitigar eventuais impactos” na comunidade.

A empresa reafirma no comunicado que “o compromisso com a segurança, a proteção ambiental e a transparência será mantido”, prometendo comunicação regular com autoridades locais e população ao longo de todas as fases do projeto.

Questionada sobre montante de investimento na ação de desman-



/ As torres de refrigeração, com 116 metros de altura, serão demolidas através do uso de explosivos.

telamento e destino a dar aos resíduos da operação e futuro daquele espaço, a Tejo Energia não deu informações, tendo indicado, no entanto, que o desmantelamento surge na sequência da “impossibilidade de concretizar o projeto de reconversão energética apresentado” ao anterior Governo português.

Esse plano previa “a substituição do uso de carvão por biomassa florestal residual local, complementado com a instalação de centrais de energia solar fotovoltaica e eólica, e a possibilidade de atuar como compensador síncrono, contribuindo para a estabilidade da rede elétrica”.

A proposta foi rejeitada em detrimento de outro projeto, apresentado pela Endesa.

Com o fecho da central a carvão do Pego, em novembro de 2021, a espanhola Endesa obteve em 2022, em concurso público, o direito de ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) para instalar 365 MWp de energia solar e 264 MW eólica, com armazenamento de 168,6 MW e um eletrolisador de 500 kW para hidrogénio verde.

O projeto prevê 600 milhões de euros de investimento, 75 postos de trabalho permanentes e a reconversão profissional de 2.000 pessoas, priorizando os antigos trabalhadores da central e integrando a população local na estratégia de transição justa da região.

A central de ciclo combinado a gás natural do Pego, gerida pela Elecgas, mantém-se em plena atividade e continua a produzir eletricidade de forma independente da antiga central a carvão, que cessou operações em 2021.

Esta infraestrutura é detida pela Endesa e pela Engie (que adquiriu a participação anteriormente detida pela TrustEnergy/Marubeni) em partes iguais, com uma estrutura acionista de 50% - 50%.

/ C/ Lusa

## Endesa prevê iniciar construção de projeto do Pego em 2027

// A energética espanhola Endesa prevê iniciar a construção do projeto associado à reconversão da central do Pego, em Abrantes, em 2027, depois de, há um ano, ter já assumido “algum atraso” no calendário.

A Endesa anunciou a 24 de fevereiro uma atualização do plano estratégico da empresa para o período 2026-2028, em que prevê 10.600 milhões de euros de investimentos globais, 3.000 milhões dos quais para energias renováveis.

É neste contexto que refere o projeto “de transição justa do Pego, cuja construção está previsto que arranque em 2027”.

“Incorporará 600 MW [megawatts] de nova capacidade híbrida renovável (eólica, solar e baterias), com um investimento estimado de 600 milhões de euros. A sua configuração híbrida permite um perfil energético próximo à carga base, o que o faz muito adequado para clientes de grande escala, como centros de dados”, escreveu a Endesa em comunicado.

“Estamos ainda em fase de autorizações”, disse o diretor financeiro da Endesa (CFO), Marco Palermo, numa conferência de imprensa em Madrid.

A energética espanhola prevê iniciar a construção do projeto em 2027, mas poderá adiantar os prazos se conseguirem antes as autorizações, afirmou Marco Palermo.

Já o presidente executivo (CEO) da Endesa, José Bogas, sublinhou que “o projeto está lançado” e que a empresa acredita que “pode ser um projeto estrela” da energética nos próximos anos. Segundo José Bogas, “os atrasos que tem havido” têm estado relacionados com “autorizações, ajustes” e alterações exigidas pelas Declarações de Impacto Ambiental (DIA). “Mas isso é o normal”, acrescentou.

Há um ano, quando apresentou os resultados de 2024, a Endesa admitiu “algum atraso” no projeto da central do Pego, mas garantiu que mantinha todos os compromissos e que esperava avançar no final de 2025 com os investimentos previstos.

No final de janeiro deste ano, a Endesa anunciou o plano de formação 2026 da Escola Rural de Energia Sustentável, em Abrantes, criada no âmbito do projeto para o Pego, que fontes da empresa disseram então à Lusa estar “em fase de tramitação ambiental”, remetendo mais detalhes para a apresentação hoje do Plano Estratégico para 2026-2028.

A Endesa ganhou o concurso de transição justa para a reconversão da Central Termoelétrica

do Pego, com um projeto de investimento de cerca de 600 milhões de euros, que combina a hibridização de fontes renováveis (solar fotovoltaica e eólica) e o seu armazenamento, com iniciativas de desenvolvimento social e económico.

A empresa é a maior elétrica espanhola e a segunda na distribuição de gás em Espanha. Em Portugal, a Endesa produz e distribui eletricidade e ganhou o concurso para a reconversão da central do Pego. A Endesa tem ainda em Portugal projetos para geração de energia solar.

A Endesa anunciou no mesmo dia que teve lucros de 2.198 milhões de euros no ano passado, mais 16,4% do que em 2024.

/ C/ Lusa

## Bombeiros fecham acordo judicial com ULS Médio Tejo após 10 anos de diferendo

// A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância (AHBVC) anunciou um acordo judicial com a ULS do Médio Tejo.

Encerra-se assim um diferendo de quase uma década e que permite afastar o risco de insolvência e superar as graves dificuldades financeiras da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância.

“Para nós, entre as duas entidades, está resolvido. Foi um processo que durou 10 anos e que custou muitos milhares de euros à Associação dos Bombeiros Voluntários de Constância. Mas, neste momento, consideramos a situação resolvida”, disse o presidente da direção da corporação de Constância, Adelino Gomes.

O acordo judicial permitiu regularizar pagamentos devidos pelo antigo Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT), atualmente ULS [Unidade Local de Saúde], incluindo valores retidos em caução, e eliminou encargos mensais que há anos pressionavam a tesouraria da associação.



/ Em 2019, o caso chegou a tribunal e, em 2024, a associação teve penhoras que ameaçaram a continuidade operacional

Segundo Adelino Gomes, a solução, com cedências de ambas as partes, trouxe às contas da corporação um alívio financeiro imediato, afastou de vez o risco de insolvência e possibilitou retomar investimentos e normalizar a operação

diária, assegurando pagamento de fornecedores e manutenção de serviços essenciais de transporte de doentes e socorro à população.

“Durante o processo, três presidentes anteriores, incluindo eu, tiveram bens pessoais penhorados e a ULS chegou a interpor uma ação em tribunal reclamando dois milhões de euros por alegados incumprimentos do consórcio, situação que aumentou ainda mais a pressão sobre a direção e a gestão financeira da associação”, recordou, acrescentando que o acordo “permitiu resolver essas pendências, com pagamentos efetuados diretamente à Caixa Geral de Depósitos e retirando a associação da lista negra do banco”.

O diferendo remonta a 2014, quando a corporação denunciou dívidas relativas ao transporte de doentes, chegando a ter ambulâncias paradas por falta de combustível, e se estendeu por anos com reivindicações de valores que chegaram a cerca de um milhão de euros.

Em 2019, o caso chegou a tribunal e, em 2024, a associação teve penhoras que ameaçaram a continuidade operacional.

Durante todo o período, a corporação manteve o serviço de socorro, mas enfrentou atrasos salariais e dificuldades de gestão financeira,

contando com o esforço dos bombeiros e apoio pontual de fornecedores e da autarquia para sobreviver.

“Hoje conseguimos levantar um peso enorme das nossas costas, limpar o nome da associação junto do banco e assegurar a continuidade da nossa missão de socorro. Esta resolução permite-nos respirar e concentrar-nos no presente e no futuro da corporação, relançando um novo ciclo centenário”, salientou Adelino Gomes, destacando que os bombeiros permaneceram “unidos e resilientes”.

“Se hoje conseguimos chegar aqui, foi graças ao apoio da Câmara, dos fornecedores que nunca nos viraram as costas e, sobretudo, dos nossos bombeiros, que aguentaram nos momentos mais difíceis e nunca deixaram a população sem resposta”, acrescentou.

Por outro lado, o presidente do Conselho de Administração da ULS Médio Tejo, Casimiro Ramos, afirmou que o acordo representa “um momento histórico para a região”, resultante de “diálogo persistente e responsabilidade”, e reforça “a articulação institucional entre a ULS Médio Tejo e os bombeiros como parceiros estratégicos” na prestação de cuidados e transporte de doentes.

/ C/ Lusa

**MultiOpticas**  
Olha por mim, sempre

Até **-50%**  
em Lentes Graduadas

**ABRANTES:** PRAÇA BARÃO DA BATALHA, 3/5

02/01/2026 a 31/03/2026  
MultiOpticas.pt

Agende a sua consulta gratuita

PUBLICIDADE

Promoção válida nas lojas aderentes de 02/01 a 31/03/2026 na compra de armação + lentes a partir de Bronze (exclui lentes base com antirrisco), não acumulável com protocolos gerais e convencionados nem com outras promoções em vigor na loja. Não aplicável em armações Nuance Audio nem em armações dos Preços Leves. Informe-se sobre todas as condições junto dos nossos colaboradores e em [www.multiplicas.pt](http://www.multiplicas.pt).

# Segurança é prioridade numa infraestrutura que viu tráfego mais do que duplicar

// Os autarcas de Constância e Vila Nova da Barquinha estão preocupados com a segurança da ponte que liga Praia do Ribatejo a Constância Sul e disso deram conta no dia 12 de fevereiro, em conferência de imprensa.

Com o encerramento da ponte da Chamusca e com a interdição da EN118 entre Abrantes e Tramacal, o trânsito mais que duplicou na ponte. Para além disso, a ponte está interdita a pesados mas, com as restrições nas outras travessias, essa proibição está a ser constantemente transgredida.

Sérgio Oliveira, presidente da Câmara de Constância, denunciou “um volume enorme de trânsito ligeiro na nossa ponte, que é a única, entre Abrantes e Santarém, que permite a travessia do Tejo. E, para além disto, mesmo sabendo que a passagem de pesados é proibida, e está lá a sinalização, a consciência que temos, Constância e Barquinha, é de que o trânsito pesado continua a fazer-se pela ponte, com mais ou menos intensidade”. Devido a esse facto, “queremos alertar para a preocupação que temos com as questões de segurança da ponte”. O autarca de Constância lembrou que “a ponte foi reabilitada para permitir apenas a passagem de ligeiros, e aquilo que se passa são dois volumes de trânsito consideráveis. O aumento enorme daquilo que é o trânsito ligeiro, que não era habitual nesta ponte, e a passagem dos pesados, que é feita mesmo à revelia da sinalização e das regras de trânsito”. O presidente da Câmara de Constância quis assim “chamar a atenção para isto”, e pedir “efetivamente”, que haja “um reforço do patrulhamento da ponte para impedir que os pesados ali passem”.

Manuel Mourato falou na mesma voz. O presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha também referiu que a ponte “é uma preocupação dos dois municípios”. Reforçou que “esta ponte é essencial na região” e é “nesta região do Médio Tejo, a única travessia que permite passar o Tejo de um lado para o outro”.

Quanto ao aumento do tráfego, o autarca reafirmou que “tem vindo a agravar-se. Não só a travessia por pesados, porque, obviamente, os pesados, sempre que não houver patrulhamento, vão tentar fazer a travessia. O que teria que ter quase, da parte das autoridades, um patrulhamento 24 sobre 24, na ponte, para que isto não



/ A ponte entre Praia do Ribatejo e Constância Sul é do século XIX, adaptada à rodovia na década de 80 do século XX

aconteça. Não é, seguramente, a forma mais correta de termos uma ponte a funcionar. O que é certo é que há uma pressão muito grande sobre isto”.

Sérgio Oliveira disse também que “ainda antes desta situação que estamos a viver, quer eu, quer o meu colega da Barquinha, tínhamos pedido ao senhor ministro das Infraestruturas e da Habitação para vir fazer uma visita à ponte. Essa visita à ponte está marcada para o próximo mês de março. Portanto, está agendada. Agora, nós não podemos deixar de marcar a nossa posição mediante aquilo que nos últimos dias tem estado a acontecer na ponte sobre o Rio Tejo. A preocupação que nós, autarcas, temos com aquilo que se está ali a passar”. Mas há ainda uma “agravante”. É que, a ponte é nacional mas “o tabuleiro continua a ser mantido

pelos dois municípios. E são dois municípios dos mais pequenos do país, com fracos recursos financeiros. E continuamos a ser nós a assegurar a manutenção desta travessia”.

Já Manuel Mourato complementou, afirmando que “nós não temos condições de assegurar esta travessia a não ser a ligeiros. Mesmo o fluxo de ligeiros, nomeadamente com o fecho da Ponta da Chamusca, revelou-se de um aumento exponencial. Estamos a ter uma travessia de ligeiros na ponte muito superior à que era normal. E, portanto, tudo isto são preocupações. Preocupação da segurança, necessidade de reforço de patrulhamento naquela região. Já o fizemos saber às autoridades, nomeadamente à GNR, que estamos preocupados com esta situação”.

Foi, entretanto, confirmado

que a GNR está já a fazer o patrulhamento na ponte, para impedir a passagem de pesados.

### A segurança

Questionados se têm alguma indicação de alguma instabilidade no tabuleiro da ponte, foi Manuel Mourato que respondeu e reafirmou que “nem o município da Barquinha, nem o município da Constância, têm condições técnicas para garantir que a ponte não tenha nenhuma situação que nos possa causar constrangimento. Tecnicamente, não estamos munidos dessa capacidade nem iremos consegui-lo, por isso é que a gestão da ponte deveria ser nacional e não dos municípios. Por outro lado, não temos nenhuma indicação do seu contrário, mas perante aquilo que estamos a verificar, nomeadamente o problema das cheias, todas estas tempestades, tudo aquilo que

## // PRESIDENTE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL PEDE CONCLUSÃO DO IC9

O presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Médio Tejo defendeu a conclusão do IC9 e a requalificação ou a construção de novas pontes sobre o Tejo na Chamusca e em Constância.

“Não precisamos só da conclusão do IC9, precisamos da conclusão do IC9 e de um conjunto de outras infraestruturas”, disse Manuel Jorge Valamatos, considerando que são também necessárias alternativas às atuais pontes da Chamusca e de Constância. Para Manuel Jorge Valamatos, os problemas provocados pelas cheias na região são uma oportunidade para se voltar a falar da urgência destas infraestruturas rodoviárias, que há muito são reivindicadas pela população.

“Neste contexto que estamos a viver, aquilo que aprendemos é que, mais uma vez, se torna urgente a conclusão do IC9. E nós queremos acreditar que este Governo, pelas reuniões diferentes que temos tido, sobretudo com as zonas industriais, particularmente com a zona industrial do Tramagal,

e agora também por esta experiência que estamos a viver, perceba de uma vez por todas a importância da conclusão do IC9”, sublinhou.

Para o autarca, a construção/requalificação das pontes da Chamusca e de Constância, bem como a melhoria da rede viária, são fundamentais para a região do Médio Tejo e para a coesão territorial.

“Esta região merece uma atenção que já deveria ter acontecido há muitos anos”, disse Manuel Jorge Valamatos, convicto de que nas regiões de Lisboa ou do Porto as infraestruturas em causa já teriam sido construídas.

“Este aspeto da coesão territorial é absolutamente decisivo para um país que se quer mais igual. Estas questões da mobilidade, da acessibilidade aqui no nosso território são determinantes e nós não podemos ficar sossegados enquanto este território não for olhado como outro qualquer no país. E, volto a dizer, em qualquer sítio em Lisboa ou em qualquer sítio do Porto estas situações já estavam resolvidas”, concluiu o presidente da CIM do Médio Tejo.



/ Manuel Jorge Valamatos, Miguel Cruz (IP) e Miguel Pinto Luz

tem causado estrangimentos por todo o lado do nosso país e o fluxo de tráfego, mesmo sendo só para ligeiros, que mais do que duplicou... Portanto, temos ali condições para que as coisas não corram da melhor forma e estamos preocupados com isso. Não tenho condições técnicas nem tenho técnicos suficientes para avaliar se a ponte está em condições ou não. Seguramente estará, mas aguardaremos por quem de direito para que o possa dizer”.

### A solução

Foi Manuel Mourato que primeiro o referiu. A situação, como está, “não é solução”. Portanto, para o autarca, “urge resolver

uma situação que tem décadas. Há décadas que se fala numa nova travessia, que se fala numa solução para a travessia do Tejo. É obrigatório para o Estado Central, que o Governo, pense rapidamente nesta solução. Seja uma nova ponte, seja a requalificação da que temos, é necessário que haja uma travessia que garanta, em segurança, a travessia entre os dois lados do Tejo. Temos esta situação sinalizada ao senhor ministro das Infraestruturas”. E deixou ainda um pedido a Lisboa: “referir que o Governo fez um anúncio sobre vistorias às infraestruturas. Eu solicitava que se tenha em conta que esta ponte deverá ser uma das primeiras a

/ Sérgio Oliveira e Manuel Mourato manifestaram preocupação com o estado de segurança da ponte



ser vistoriada, porque, mais uma vez, aquilo que nos preocupa, é a segurança dos cidadãos que por ela passam todos os dias”.

Já Sérgio Oliveira voltou a alertar para a questão da segurança na ponte, “porque tínhamos um determinado número de tráfego e hoje temos um completamente diferente. Essa é uma questão que queremos vincar bem. Porque todos nós, muitas vezes, usamos o politicamente correto. E está na altura de deixarmos o politicamente correto de lado. Porque todos nós, quer eu, quer o meu colega da Barquinha, temos consciência que se nós não estivéssemos aqui a fazer esta alerta, e daqui a amanhã, esperemos que não, se acontecesse ali algum acidente, viriam logo dizer que a responsabilidade era do município de Constância e da Barquinha, porque a questão do tabuleiro da ponte era dos dois municípios. E nós, como qualquer comum dos mortais, percebe que nós não temos, nenhum dos dois municípios tem, capacidade para fazer uma avaliação a esse nível. Aliás, indo ao limite, o tabuleiro da ponte já nem devia ser gerido há muitos anos, nem por Constância nem pela Barquinha. Deve ser uma gestão das Infraestruturas de Portugal e não dos dois municípios”.

Mas há uma outra questão que “nos deixa profundamente irritados”. Lembrou Sérgio Oliveira que “andamos há 40 anos, há 40 anos, para resolver um problema de uma travessia sobre o Tejo. E o problema continua. Não há, efetivamente, alguém que chegue e que consiga decidir alguma coisa. E é isso que nós também pedimos: que haja decisões para o território. Eu não quero estar a ser pessimista nem nada que se pareça mas imagine-se que nós tínhamos ali um problema qualquer à entrada da ponte e que esta ponte tinha que ser encerrada também. As nossas populações tinham que se deslocar ou fazer uma travessia por barco se houvesse

condições para o fazer ou teriam que ir a Santarém atravessar o rio”.

Para os dois presidentes de Câmara, as declarações de hoje não são “para criticar ninguém. não é para apontar o dedo a ninguém. É chamar a atenção para um problema que se arrasta há décadas e é preciso que lembremos todos que a ponte que ali está foi adaptada na década de 80 à rodovia. Portanto, a verdade é que a solução definitiva nunca foi implementada até hoje”.

E Manuel Mourato ainda recordou que “no século XIX fizeram-se três pontes. Estamos no século XXI...”

### A questão económica e militar

Sérgio Oliveira referiu que “mais uma vez, ficou demonstrado que a nossa velha ponte do século XIX, adaptada à rodovia na década de 80 do século XX, continua a ser fundamental e essencial para toda a região, numa situação como aquela que estamos agora a viver. E é necessário e é preciso que a Administração Central olhe para esta questão da ponte e que se estude, e que se veja uma solução que permita a passagem de pesados e a passagem de viaturas sem o controlo dos semáforos. É preciso, de uma vez por todas, que se olhe para este problema e que o mesmo seja resolvido. É uma infraestrutura que serve a região e não apenas o concelho de Constância e o concelho de Vila Nova da Barquinha”.

O presidente da Câmara de Constância manifestou ainda a “preocupação com aquilo que vai ser o reforço das capacidades de treino e de recursos humanos que as unidades militares da região, nomeadamente a de Santa Margarida e as unidades que estão no concelho de Vila Nova da Barquinha, vão sofrer nos próximos anos, com uma infraestrutura que não dá resposta a essas necessidades. É preciso que todos tenhamos consciência desta questão”.

E Manuel Mourato anuiu e acrescentou que, do outro lado do rio, “temos a Caima, temos a RSTJ, temos uma série de valências e de empresas aqui que estão melindradas com esta situação. Para não referir a questão dos militares. Nós temos dois polos militares na região, um em Constância e outro na Barquinha, que são, seguramente, dos mais notáveis, daqueles que têm maior impacto no nosso país. Estamos a falar de todo o polígono de Tancos e estamos a falar do Campo Militar de Santa Margarida. São dois polígonos militares muito importantes para o nosso país e que, no atual contexto que se vem falando ao longo dos últimos meses, com o contexto mundial que nós temos, revela que estão em condições de crescer. Temos aqui mais um constrangimento. Os senhores comandantes das unidades militares certamente vão-nos questionar sobre a possibilidade de travessia da ponte”.

Com os condicionamentos atuais ao tráfego, a Caima já tinha questionado acerca da possibilidade dos camiões poderem fazer a travessia pela ponte de Praia do Ribatejo - Constância Sul mas a resposta da IP foi a mesma: “a ponte tem proibição de passagem a veículos pesados”.

Ficou o alerta dos dois autarcas. A pressão sobre o tabuleiro, responsabilidade dos dois municípios, é uma preocupação, bem como o impacto que esta situação tem para as empresas da margem sul do Tejo e das capacidades militares instaladas.

A GNR está já a fazer o patrulhamento na ponte, para impedir a passagem de pesados. Mais uma vez, a solução para a travessia do Tejo volta a estar na ordem do dia, agora com uma outra urgência, devido à falta de soluções, com a interdição da ponte da Chamusca e com estradas cortadas depois da ponte de Abrantes.

/ Patrícia Seixas

# Maioria PS aprova reforço de verbas para continuidade dos Postos Avançados dos bombeiros

// Decorridos seis meses do projeto piloto, os Postos Avançados de emergência e de prevenção e combate a incêndio, no Tramagal e no Carvalhal (antiga Escola Primária de São Domingos), vão continuar ao serviço das comunidades.

A maioria socialista do Executivo da Câmara de Abrantes aprovou a atualização do montante a transferir pelo município para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes (AHBVA).

Na proposta de deliberação apresentada pelo presidente da Câmara na reunião de dia 13 de fevereiro, pode ler-se que, “decorridos os seis meses do projeto piloto relativo à instalação de dois postos avançados de emergência e de prevenção e combate a incêndio, garantindo uma intervenção mais rápida - menos de cinco minutos - nas principais zonas críticas de ocorrências de incêndios rurais e florestais, um na freguesia de Carvalhal e outro na freguesia de Tramagal, veio a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, apresentar relatório dos seis meses de implementação dos projetos”.

A proposta informa ainda que “o referido relatório apresenta uma avaliação muito positiva, entendendo a AHBVA que, dado o número de ocorrências - foram 596 -, deve manter-se em funcionamento o posto avançado na freguesia de Tramagal”.

Para tal, considera a Associação Humanitária que é “indispensável” que o município mantenha o apoio mensal de 5 mil euros, “no mínimo”, o que corresponde a um valor anual de 60 mil euros.

Na reunião do Executivo, aprovou-se então a “alteração ao montante a transferir pelo município para a AHBVA, que passa dos 600.182,12€/ano, o qual é transferido mensalmente, em tranches de igual montante no valor de 50.015,18€, para 600.182,12€, o que corresponderá a um valor mensal de 55.015,18€, com efeitos a contar do dia 1 de janeiro de 2026”.

## Oposição não teve acesso ao relatório

Na votação, os dois vereadores eleitos pela AD optaram pela abstenção visto não terem tido acesso ao relatório apresentado para uma melhor apreciação. “Esta abstenção não se trata de estar contra o financiamento que a Câmara possa fazer à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes. Pren-



/ Posto Avançado de Tramagal conta com a permanência de uma ambulância

de-se com o facto de não termos do nosso lado a informação necessária para tomar uma decisão sobre este assunto”, justificou o vereador João Morgado.

Também Ana Oliveira questionou o presidente sobre o montante transferido anualmente para a AHBVA. A vereadora quis saber, “uma vez que o Município é um grande financiador da Associação”, que tem uma gestão autónoma, “se a Associação presta contas” sobre onde é investido o dinheiro.

Por parte do vereador do CHEGA, o voto foi contra. Nuno Serras, para além de não ter tido acesso à informação que consta no relatório, considerou que “face a tudo o que foi exposto numa anterior reunião”, onde se manifestou contra decisões tomadas pela Direção da AHBVA, “quase que mais valia trazer outra vez os Bombeiros

para a Câmara Municipal”.

A proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis dos elementos eleitos pelo Partido Socialista.

Ficou ainda definido que fosse designado como gestor do Protocolo, o coordenador Municipal de Proteção Civil, Paulo Ferreira, “com a função de acompanhar permanentemente a sua execução”.

## As explicações do presidente da Câmara

À margem da reunião de Câmara, aos jornalistas, Manuel Jorge Valamatos explicou que o que aprovaram foi a continuidade de “destes dois postos avançados dos bombeiros, um de emergência no Tramagal, a ambulância, e também um no Carvalhal, no âmbito dos fogos florestais e também estrutura de treino da nossa Associação Humanitária”. O presidente da Câmara disse que a maioria decidiu “que é importante manter estes dois dispositivos com características diferentes, um mais para os fogos florestais, outro para a emergência na zona”. O de Tramagal, em particular, “é uma intervenção de emergência,

com a colocação de uma ambulância e de uma equipa preparada para essa resposta” e tem a ver “com uma zona industrial onde trabalham mais de mil pessoas e com uma comunidade inteira que merece esta atenção e este cuidado”.

Tendo em conta o número de ocorrências verificadas em Tramagal nestes seis meses, o autarca disse que este Posto Avançado ainda não tem horários “tão extensivos como gostaríamos”, mas que, em conjunto com a Associação Humanitária, se está à procura “de um entendimento de valorização de infraestruturas e também de mecanismos para conseguir ter uma amplitude de horários capazes de responder melhor quer à comunidade, quer à zona industrial”. As 596 ocorrências são “um número bastante que justifica a intervenção desta ambulância no Tramagal, atendendo que a distância entre o posto dos bombeiros em Abrantes e o Tramagal é elevada e atendendo obviamente ao sinuoso trajeto que faz. É a resposta que a comunidade do Tramagal precisa, a comunidade mais alargada do Tramagal, a zona das Bicas, do

Crucifixo, toda aquela zona mais a sul do nosso concelho cresce e entendemos que este investimento é na defesa das pessoas e não o abdicamos dele. Vamos continuar a investir para proteger as nossas pessoas e encontrar os mecanismos próprios para que essa defesa possa acontecer a todo o tempo”, afirmou o presidente da Câmara.

Manuel Jorge Valamatos disse ainda que o reforço de verbas aprovado em reunião de Câmara, “650 mil euros, tem o objetivo muito claro de dotar a nossa Associação Humanitária de Bombeiros das condições financeiras para dar as melhores respostas à nossa comunidade”. Referiu que “o nosso território é enorme, é muito grande e nós precisamos de ter a nossa Associação Humanitária a fazer um trabalho, como tem vindo a fazer, absolutamente extraordinário na defesa das nossas pessoas. Para que isso aconteça, é preciso apoiar financeiramente esta estrutura para que tenha meios humanos e também tenha equipamentos e veículos capazes de dar essa resposta. Se há coisa que nós não abdicamos, é de apoiar sempre a nossa Associação Humanitária para que as respostas possam sair em tempo oportuno na defesa e na proteção dos cidadãos”.

Relativamente ao Posto Avançado de Carvalhal, o autarca lembrou que “é uma zona que tem maiores fragilidades e tem maior perigo relativamente às questões dos incêndios e também queremos ter ali condições para ter ali um posto avançado para incêndio, capaz de respostas melhores e mais rápidas para defender também as pessoas e a comunidade”.

O Posto Avançado de Bombeiros em Carvalhal situa-se nas instalações da antiga Escola Primária de São Domingos. A localização permite acesso rápido (3 a 10 minutos) às localidades de Fontes, Maxial, Matagosa, Atalaia, Souto, Carvalhal, Carreira do Mato, Biucas, Aldeia do Mato, entre outras. Neste espaço, a AHBVA irá instalar um campo de treino, com sala de formação multiusos.

Já o Posto Avançado de Bombeiros em Tramagal está instalado em parte das instalações do posto da GNR local.

/ Patrícia Seixas

# Obras inacabadas em Cardigos deixam população revoltada

// Já duram há cerca de dois anos e não se prevê a sua conclusão. As obras da regeneração urbana da zona do centro histórico da vila de Cardigos estão a deixar a população à beira de um ataque de nervos.

O prazo da conclusão da obra é agora de 30 de maio de 2026. Com uma prorrogação de mais 60 dias. No entanto, no Executivo e na população, não há quem acredite que seja possível cumpri-lo.

Com início em junho de 2024, a empreitada tinha, na altura, um prazo de execução previsto de um ano e conta “integralmente, com financiamento municipal”, não tendo a autarquia conseguido apoio de fundos comunitários para a obra. Vasco Estrela era, à época, o presidente da Câmara Municipal e explicou que “a chamada Praça de Cardigos, realmente está num estado muito debilitado, com piso muito degradado, com infraestruturas a necessitarem de ser reabilitadas, quer em termos de saneamento, quer em termos de rede de águas, infraestruturas elétricas e telecomunicações que têm de ser enterradas e, portanto, todo o espaço urbano tem de ser requalificado”. E a obra arrancou. Mas desde cedo se percebeu a incapacidade da empresa de terminar a empreitada. Por uma razão ou por outra, certo é que a obra tem estado parada e tem deixado a população revoltada, quer com os buracos, quer com a lama, quer com o pó, consoante as estações do ano.

O atual Executivo, confrontado com esta situação, e após reunir com o empreiteiro, chegou à conclusão de que era melhor, para a

Câmara e para a população, alargar o prazo à empresa, em vez de denunciar o contrato e avançar para um novo concurso público.

Esta decisão levou a que o vereador José António Almeida, eleito pelo PSD, lembrasse que “o senhor presidente, no exercício de outras funções, como representante da Assembleia Municipal, foi, e permita-me que lhe diga, um bocadinho useiro e vezeiro, e às vezes até de forma enviesada, quando falou nas obras aqui no centro da vila de Cardigos. Sabia e conhecia os condicionamentos que o executivo anterior tinha, resultantes do processo concursal, e agora que assumiu as responsabilidades de conduzir a obra,

tinha condições, como o executivo anterior não tinha, de responder de uma forma mais decidida para que a obra se concluisse o mais rapidamente possível. Hoje, eu percebo, tem argumentos se calhar mais objetivos para tomar a decisão que tomou, e a primeira decisão acerca das obras, foi alargar o prazo ao empreiteiro. Se calhar ficava-lhe bem deixar aqui, numa reunião pú-

/ Obras de regeneração do centro de Cardigos começaram em 2024 e não se vislumbra grandes desenvolvimentos



## Possível construção de um aviário suscita preocupação à população

// População está preocupada e com muitas questões. Câmara ainda só recebeu pedido de informação prévia.

No dia 26 de fevereiro, a reunião de Câmara de Mação foi descentralizada. O Executivo reuniu na Casa do Cidadão em Cardigos, em semana de presidência aberta, e nas intervenções por parte do público, apresentou-se o Movimento Cívico SOS Aviário em Mação.

Cerca de 10 populares estiveram na reunião e manifestaram as suas preocupações no que diz respeito à possível construção de um aviário de grandes dimensões na zona da Mantela, junto à vila.

Quiseram saber dos efeitos expectáveis a nível ambiental e tam-

bém dos riscos que poderá trazer à saúde pública.

Foi Cláudia Santos, a porta-voz, que apresentou o Movimento e deu conta de que são já 35 pessoas que o compõem. Disse que estão “no fundo, a organizar-se”, caso avance o que dizem ser “o processo em curso” por parte da empresa Uniovo, que afirmam “ter intenções de fazer um aviário de grandes dimensões na Mantela”. Pedem que o processo “seja corretamente escrutinado, sujeito aos procedimentos legais, eventualmente colocado numa gaveta e esquecido para sempre”.

O Movimento Cívico SOS Aviário em Mação considera que “este é um projeto extremamente prejudicial para o nosso concelho a vários níveis, ambiental, de saúde, social, saúde pública, e depois absolutamente desenquadrado com o que é a identidade e com o que é, no entender da população, o que nos caracteriza. É que é exatamente o oposto de uma indústria deste género”.

O número de postos de trabalho que o eventual aviário irá criar foi



/ Cláudia Santos, porta-voz do Movimento Cívico SOS Aviário em Mação

blica em Cardigos, um pedido de desculpas à população de Cardigos e ao executivo anterior, por tudo o que disse sem um grande conhecimento de causa, porque o carma é tramado, veio-lhe cair nas mãos e a primeira decisão que tomou acerca das obras de Cardigos, foi dar um prazo maior ao empreiteiro. E mais, todos nós, a população de Cardigos, todos nós, executivo, sabemos que o prazo que lhe deu não vai ser suficiente para a conclusão das obras”.

José Fernando Martins, presidente da Câmara Municipal de Mação, respondeu ao vereador social-democrata dizendo que “ontem, encerrei a reunião com um pedido de desculpas público à população de Cardigos. Não tendo origem no problema, a partir do momento que sou presidente de Câmara, assumo o problema, e apresentei desculpas à população de Cardigos pelo problema que está aqui. É um problema que estamos a tentar resolver, que não se resolve com um estalar de dedos, e há uma análise que nós fizemos, sobre se era mais vantajoso para a população e para o município, a empresa terminar a obra, ou se era arranjar outra empresa. Entendemos que o mais vantajoso para todos, até mesmo em termos de tempo, seria que esta empresa conseguisse terminar a obra”.

O autarca referiu que, “neste momento, nem há margem mínima, é não há margem”, no que diz respeito ao prazo de conclusão. “Obviamente que, se o empreiteiro não terminar a obra, vamos ter problemas por muito mais tempo. Nos próximos oito, quinze dias, iremos tomar a decisão definitiva. Se vierem recomendar a obra com força para fazer, tudo bem. Se não recomecem, acabou-se a tolerância, não há mais tolerância”, garantiu José Fernando Martins.

outra das questões levantadas, bem como o tratamento a dar aos dejetos e o pagamento de impostos ao Município, “visto que a Uniovo não está sediada no concelho”.

Cláudia Santos comunicou também que o Movimento Cívico “está orientado no sentido de defender os direitos, a qualidade de vida do concelho” e que “está a decorrer uma petição online que vai ser entregue na Assembleia da República” onde “foi feito um pedido, uma denúncia, à Agência Portuguesa do Ambiente”.

O presidente da Câmara de Mação, José Fernando Martins, esclareceu que a Câmara “não tem nenhum projeto ainda em sua posse, ou seja, os projetos para licenciamento ainda não entraram na Câmara. O que entrou foi apenas um pedido de informação prévia, ao qual a Câmara, no seu arquiteto, fez o parecer do pedido.

Nesta mesma reunião do Executivo Municipal de dia 26 de fevereiro, que se realizou em Cardigos, os cidadãos também marcaram presença e fizeram ouvir as suas preocupações. António Martins começou por dizer que “já ouvi aqui hoje demasiadas vezes a palavra solidariedade. «Estamos muito solidários com a população de Cardigos». Meus amigos, nós não precisamos de solidariedade coisa nenhuma. Nós precisamos que uma entidade pública, que é dona de uma obra em Cardigos, a conclua. E isso não tem nada a ver com solidariedade”. Para António Martins, “a verdadeira questão que está aqui, é que a empresa a quem foi adjudicada a obra, não tem dinheiro para a concluir. E isto está a inviabilizar o sucesso de muitos, de alguns que ainda existem, alguns negócios em Cardigos”. A solução, disse, é “ponham-se a mexer, venha outro que fará o trabalho com certeza”.

Já António Costa Dias começou por dizer que “nunca pensei que no fim da minha vida, tivesse que andar de gatas em Cardigos”. Quanto ao que vinha, “venho para dizer à Câmara Municipal de Mação que este empreiteiro não vai conseguir fazer nada”.

“Aqui há tanto buraco por fechar, tantas chapas, que nós chegamos à conclusão que isto não tem sentido nenhum. Nós não podemos viver neste lamaçal todo. A Câmara é que tem que assumir a responsabilidade. Toda a gente faz maus negócios. A Câmara fez um mau negócio, tem que resolver por lá. É o que nós queremos. Os cardiguenses querem isso”, exigiu.

A Câmara de Mação vai aguardar uns dias para ver se a empresa recomenda os trabalhos e que os conclua, no máximo, até ao final de junho.

/ Patrícia Seixas

(...) Portanto, aquilo que é a conclusão do arquiteto é que o projeto é viável, mas que tem muitas condicionantes, nomeadamente da Comissão dos Fogos Rurais, da APA, da CCDR... foi essa a informação que foi dada no pedido de informação prévia. O autarca voltou a referir que, se chegar a existir algum projeto em concreto, este será alvo de uma apresentação pública e terá que passar por todas as entidades competentes pois, “aquilo que nós queremos, é que este processo seja o mais transparente possível”.

José Fernando Martins acrescentou ainda que “desta empresa, o que entrou e foi também a reunião de Câmara, foi outro pedido de informação prévia sobre a possível instalação, na zona industrial, para uma unidade de certificação de ovos, portanto, um complemento”.

/ Patrícia Seixas

# CTO do Estado esteve nos dez anos de Loja do Cidadão

// A Loja do Cidadão e o Espaço Cidadão de Sardoal teve direito a bolo para assinalar o seu décimo aniversário, com a visita de Manuel Dias, responsável pela Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE).

Fernanda Correia, responsável pela Loja do Cidadão de Sardoal, fez uma apresentação do espaço que alberga ainda os arquivos Municipal e Histórico da vila. A responsável indicou a presença de muitos imigrantes para tratar dos seus assuntos. Foi o presidente da Câmara que fez questão de dizer, depois, que Sardoal tem uma comunidade tailandesa com cerca de 100 trabalhadores de uma empresa que estão completamente integrados.

O Espaço conta com um Ponto JA, do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPD) que pretende informar os jovens de atividades que lhes são destinadas. Também aqui, Pedro Rosa, deu o exemplo do ano passado (2025) em que cerca de 60 jovens inscreveram-se e participaram no programa de Voluntariado para a Floresta e Natureza.

Seguiu-se a passagem por todos os balcões, desde a Tejo Ambiente, o espaço multi-serviços do Município que, quinzenalmente, às quartas-feiras conta com a presença da Associação Comercial e Serviços de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei. Há ainda a Segurança Social e as Finanças, ou seja, a Autoridade Tributária e Aduaneira.

O presidente da Câmara Municipal começou por evocar a história, tendo recuado ao ano 2016, dizendo que “pairava sobre o Sardoal e sobre os territórios mais distantes dos grandes centros urbanos o fecho e encerramento de serviços e consequente afastamento dos cidadãos da resolução rápida e eficiente dos seus problemas e necessidades do dia a dia.” Um sentimento, disse Pedro Rosa que afastava progressivamente os cidadãos do Estado e acentuava as desigualdades territoriais.

A Loja do Cidadão de Sardoal, foi uma das primeiras a surgir nos territórios apelidados de baixa densidade, ou seja, com pouca população. E, na altura, valorizou a importância do atendimento presencial, a par da digitalização e da simplificação de procedimentos. “Em bom momento o governo, à data, percebeu a importância de trabalhar de mãos dadas com a administração local.”

A Loja de Cidadão de Sardoal ocupou um edifício industrial, outrora uma importante unidade na área da panificação, apresenta vários serviços e já fez mais de 150 mil atendimentos, distribuídos



/ Manuel Dias aposta na digitalização dos serviços do Estado, mas destaca a necessidade de manter o atendimento presencial

pelos diversos serviços, Autoridade Tributária, Instituto de Segurança Social, Tejo Ambiente, Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como outros que pontualmente usam o nosso balcão multiserviços e o Arquivo Histórico Luís Manuel Gonçalves.

O autarca frisou que Portugal “ainda detém uma administração pública complexa e um sistema burocrático pesado e, por vezes, lento. Sabemos que esta comunhão é inevitável, mas também é desejável.”

Por isso tem a expectativa que o modelo misto, digital e presencial, ainda possa perdurar, porque há pessoas sem internet e outras com poucas ou sem competências digitais.

Depois o desafio ao convidado, para que o Município de Sardoal possa iniciar um processo de diálogo com a ARTE, no sentido de passar a receber transferências da Lei do Orçamento de Estado.

E o que é este pedido? Simples. A Loja de Cidadão de Sardoal tem como base um protocolo celebrado entre o Município e o Estado, em que cabe à Câmara Municipal o custo do seu serviço. E o Município entende que o mesmo seja revisto e que o serviço passa a receber transferências financeiras diretamente do Orçamento de Estado.

Manuel Dias, Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE) ou CTO do Estado, em lin-

guagem mais empresarial, vincou o objetivo da estrutura que dirige: “simplificar a vida dos cidadãos e das empresas.”

E, afirmou que, as lojas do cidadão são a expressão mais concreta desta visão. Respondem às necessidades reais das pessoas, com qualidade, confiança e respeito pelo tempo de cada um. O responsável disse saber “que muitos cidadãos continuarão a preferir o atendimento presencial e outros, obviamente em determinadas circunstâncias, precisam dele.”

Por isso, o espaço físico não desaparece. Complementa e reforça os restantes canais e, em particular, o digital. A digitalização é, sem dúvida, uma ferramenta de simplificação.

Quando criamos alternativas digitais, libertamos recursos para garantir o atendimento presencial mais eficiente e a quem mais necessita dele. Portanto, a reforma tecnológica do Estado não é apenas tecnológica, é, acima de tudo, uma reforma orientada para as pessoas, e é isso que nós queremos fazer. Um dos pilares desta reforma é, precisamente, o não deixar ninguém para trás.”

Manuel Dias, sendo o grande responsável pela digitalização do Estado, mostra conhecer a realidade que muitos cidadãos não têm internet e outros não têm literacia

digital suficiente para serem autónomos na relação cidadão/estado.

Hoje, indicou, existem 77 lojas do Cidadão que vão crescer até final do ano em virtude do investimento que estamos a fazer do PRR, abrangem quase 5 milhões de pessoas. Desde 1999 foram realizados cerca de 200 milhões de atendimentos.

Já os espaços do cidadão são mais de 1.040, na última contagem eram 1.046 espaços do Cidadão no país e todas as lojas do Cidadão, tal como a de Sardoal.

E Manuel Dias veio munido dos números da Loja de Sardoal. Cerca de 150 mil atendimentos, o que é um número bastante significativo em dez anos para a dimensão de Sardoal. “Só em 2025 foram quase 20 mil atendimentos e este ano já foram mais de 2.500 atendimentos portanto, isto demonstra a continuidade, demonstra a procura que continua a ser relevante para toda a população. No que respeita ao espaço do Cidadão, também uma nota que reforça muito este tema da inclusão e da proximidade digital, estamos a falar de mais de 2.600 atendimentos em 2025 e 300 já este ano.”

Manuel Dias afirmou ainda que houve uma resposta da Agência de reforço nos territórios em Estado de Calamidade e no apoio direto às populações. “Nas últimas semanas, na verdade, os serviços que nós prestamos através de carros, carinhas móveis, espaços Cidadãos Móveis e, em particular, também neste concelho, evidenciaram mais uma vez a capacidade de adaptação e a proximidade desta rede às populações e continua a ser muito importante.”

O dirigente manifestou a intenção de “continuar a construir uma administração pública mais simples, mais próxima e mais humana. Uma administração que acompanhe a cada cidadão, independentemente do canal que escolhe e que garante que o progresso tecnológico não é um instrumento, que é um instrumento de inclusão e nunca de exclusão.”

A Loja do Cidadão de Sardoal foi inaugurada a 18 de fevereiro de 2016 pelo então ministro das Finanças, Mário Centeno, e pelo presidente da Câmara de Sardoal, Miguel Borges. Curiosamente as primeiras inaugurações de ambos. Dez anos depois, a data foi assinalada com o pedido de verbas do Orçamento de Estado para suporte da estrutura.

/ Jerónimo Belo Jorge

**“Muitos cidadãos continuarão a preferir o atendimento presencial e outros, obviamente, em determinadas circunstâncias, precisam dele”**

## QUARESMA E SEMANA SANTA 2026 COMUNIDADE CRISTÃ DO SARDOAL

### | Programa Religioso |

#### MARÇO

**Dia 22** | DOMINGO DE PASSOS (V DA QUARESMA)  
16h00 | Eucaristia | Procissão do Senhor dos Passos  
| Igreja da Misericórdia

**Dia 29** | DOMINGO DE RAMOS  
10h00 | Bênção dos Ramos, Procissão de Ramos e Eucaristia  
| Capela do Espírito Santo | Igreja da Misericórdia

#### ABRIL

**Dia 2** | QUINTA FEIRA SANTA  
19h30 | Missa da Ceia do Senhor  
| Lava-pés | Trasladação do Santíssimo Sacramento  
| Adoração com a participação dos Irmãos do Santíssimo  
| Igreja da Misericórdia

21h30 | Procissão do Senhor da Misericórdia (ou Fogaréus)  
| Saída da Igreja da Misericórdia

**Dia 3** | SEXTA FEIRA SANTA  
17h30 | Celebração da Paixão do Senhor | Igreja da Misericórdia  
19h00 | Procissão do "Enterro do Senhor"  
| Saída da Igreja da Misericórdia

**DIA 4** | SÁBADO SANTO  
22h00 | Vigília Pascal  
| Igreja da Misericórdia

**Dia 5** | DOMINGO DA RESSURREIÇÃO  
10h00 | Procissão da Ressurreição | Eucaristia  
| Igreja da Misericórdia

/ Paulo Sousa



### | Programa Complementar |

#### EXPOSIÇÕES

ECOS DO DIVINO  
Arte Sacra do Sardeal  
Centro Cultural Gil Vicente  
20 de março a 24 de maio

#### PROJETO CAPELA

Espaço "Cá da Terra"  
20 de março a 24 de maio  
Com a participação do Agrupamento de Escolas de Sardeal

#### AS MÃOS QUE FAZEM ARTE

Exposição de fotografia documental sobre as Capelas Enfeitadas  
Biblioteca Municipal  
20 de março a 18 de abril

#### OFICINA

Tapetes de Flores  
Quarta-feira, 1 de abril - 9h30  
Espaço "Cá da Terra"

#### PASSEIO PEDESTRE

Caminhos da Fé  
Sexta-feira Santa, 3 de abril - 9h00  
Praça da República  
(inscrição necessária)

#### MERCADO DA PÁSCOA

Produtores e artesão do concelho de Sardeal  
Mercado Diário Municipal  
Sexta-feira 3 e sábado 4 de abril  
Das 10 às 18 horas  
(Org. Município de Sardeal/CLDS 5G Terra Pura Sardeal)

#### TEATRO

PAIXÃO DE CRISTO  
Praça da República até Convento de Stª Maria da Caridade  
Sábado 4 de abril - 15 horas  
Centro Cultural Gil Vicente

#### MÚSICA

SHOUT  
Centro Cultural Gil Vicente  
28 de março

#### CONCERTO DE PÁSCOA

Filarmonía União Sardealense  
Sábado 4 de abril - 18 horas  
Centro Cultural Gil Vicente

#### CONCERTO DE ALELUIA

TRIO CONTRASTI - Valsas de Salão  
Domingo de Páscoa, 5 de abril - 16h00  
Igreja de Santa Maria da Caridade (Convento) Sardeal  
Valsas famosas de compositores como Strauss, Tchaikovsky, Gounod, Léhar...  
Diana Tzonkova - Violino  
Ercole De Conca - Contrabaixo  
Emanuela Nicoli - Harpa

#### DOCE QUIOSQUE

com venda de amêndoas  
Edifício dos Paços do Concelho  
Dias 22 e 28 de março e de 2 a 4 de abril

Preservação de uma antiga tradição local que remonta aos tempos em que o comércio local tinha horário livre, permanecendo aberto após terminarem as celebrações religiosas.

Nessa ocasião, os casais ou pares de namorados aproveitavam para oferecerem amêndoas à pessoa amada. Esta iniciativa é efetuada há 23 anos e, em cada ano, é convidado um agente comercial do concelho para o respetivo fornecimento.

#### CAPELAS E IGREJAS COM TAPETES À BASE DE PÉTALAS DE FLORES NATURAIS

2 a 5 de abril  
Durante a Semana Santa, as Igrejas e Capelas, não apenas da Vila, mas também das aldeias do Concelho, estão decoradas com tapetes feitos à base de pétalas de flores e verduras naturais, com desenhos alusivos à época. Os tapetes de flores são feitos na quarta-feira, prolongando-se os trabalhos pela noite dentro, envol-

vendo toda a comunidade. Trata-se de uma tradição que se julga ser única no país, sabendo-se que já existia com grande esplendor no século XIX. Os tradicionais tapetes de flores são uma das iniciativas mais emblemáticas das Celebrações da Semana Santa e Páscoa em Sardeal.

#### Horário de abertura

Quinta-feira Santa, 2 de abril das 14h00 às 00h00  
Sexta-feira, 3 e sábado, 4 de abril - das 10h00 às 21h30  
Domingo, 5 de abril - das 10h00 às 19h00

#### Capelas e Igrejas enfeitadas fora da Vila

Horário de abertura  
Sábado, 4 de abril - das 14h30 às 18h00

O Município de Sardeal disponibiliza transporte para a visita a estas Capelas e Igrejas  
Sábado, 4 de abril - 10 horas - Partida junto ao Centro Cultural Gil Vicente

/ por Patrícia Seixas

**Tem muitos anos de organização mas esta é a primeira como presidente e com a responsabilidade de dar a cara pela Semana Santa...**

Acho que a expressão é mesmo essa, é realmente uma grande responsabilidade. Ao longo destes anos sempre fiz parte da parte mais operacional da Semana Santa, quer na organização dos eventos, quer no acompanhamento. Mas esta parte do decidir, do juntar, do agregar, do distribuir tarefas e funções é sempre um desafio, porque tudo tem que correr bem, e é importante que o Município responda à altura daquilo que os crentes também esperam. A Semana Santa sempre existiu e estas celebrações estão intimamente ligadas, aliás é o ponto alto da religião católica, mas o que se espera é que nós possamos estar à altura disso e contribuirmos também de forma positiva a engrandecer este evento.

**A Igreja Matriz está em obras. Vai haver alguma alteração ao programa?**

Forçosamente, terá que existir. Atualmente, para efeitos de culto, está a ser usada a Igreja da Misericórdia, mas a Igreja da Misericórdia é muito pequena para aquilo que são as necessidades. Teremos que nos socorrer de planos B e tentar que isso não desvirtue aquilo que é a essência das procissões e aquilo que é o percurso normal das procissões. Vai obrigar a alguma boa vontade de todos em encontrar uma solução.

**O calendário religioso é fixo, mas que traz este ano a Câmara para a época da Páscoa no Sardeal?**

Diria que a novidade talvez possa ser o Mercado da Páscoa, onde vamos juntar novamente os nossos artesãos que estão no Cá da Terra. Vamos convidá-los a associarem-se a estas festividades e poderem trazer um pouco daquilo que é o seu trabalho e a sua mais-valia neste sentido. Em termos de programa complementar, continuaremos com exposições, sempre exposições ligadas à arte sacra. (Ver pág. 17)

Continuaremos, obviamente, com os workshops, com os passeios pedestres ligados a esta temática. A escola continua a ser um parceiro muito importante naquilo que é este caminho do que pretendemos transmitir aos mais novos, com o Projeto Capela. Vamos fazer essa exposição dos projetos dos nossos alunos e também até um workshop, que também já é habitual, para executar o 2.º ou o 3.º lugar, dependendo da sua ade-

# A Semana Santa “é altura de procurar um sentido para as coisas”

// É a sua primeira Semana Santa enquanto presidente da Câmara Municipal de Sardeal. Pedro Rosa fala-nos desta época mas também da realidade do concelho que agora tem a responsabilidade de gerir.

quabilidade à construção de um tapete.

**A população tende a virar-se para o divino em alturas de maiores dificuldades. Crê que esta Semana Santa vai ser vivida com mais intensidade, com tudo o que o país passou nos últimos tempos?**

Eu tenho alguma dificuldade em achar que isso possa acontecer, porque isto mexe um bocadinho com aquilo que é a forma como as pessoas vivem a religião e a fé. Eu, sendo católico, estes

momentos são sempre momentos para reflexão. E acho que a Semana Santa é sobretudo isso. Não só de pedirmos mais qualquer coisa mas de tentarmos ir à procura de uma resposta, de um sentido para as coisas. Porque nós temos sempre a facilidade, não sei se é defeito do português, mas de encontrarmos sempre o lado positivo. E entendemos sempre que...

**Podia ser pior?**

Exatamente. Dizemos sempre o mesmo: podia ser pior. Aliás, aqui no Sardeal dizemos isso sempre

/ Paulo Sousa

que eu me encontro com populares nos cafés ou nos eventos. A conversa do dia é a tempestade Kristin. E realmente todos dizem o mesmo: «olhando para os outros, isto correu muito bem. Nós estamos aqui no cantinho do céu». Não é de todo verdade, porque também tivemos prejuízos. E a partir do momento em que há alguém, algum dos nossos sardealenses que sentiu, não só na pele, mas também naquilo que é a sua propriedade, este prejuízo, nós temos que ficar preocupados e temos que achar que também fomos muito afetados. Temos muitos prejuízos.

**A capacidade hoteleira tem aumentado no concelho. Já é suficiente, principalmente nesta época em que Sardeal recebe tantos visitantes?**

É com agrado que eu vejo que a ocupação hoteleira do Sardeal, neste momento, já não é apenas algo sazonal. Sendo a Semana Santa o topo, as nossas unidades hoteleiras, sobretudo o alojamento local, têm estado com muitas reservas. E isso é bom. É sinal que as pessoas também procuram o Sardeal por outras razões. O Parque de Autocaravanas também está, muitas vezes, completamente cheio. E isso deixa-nos agradados porque sabemos que o Sardeal já é um destino para este tipo de turismo, mais este turismo de natureza e já não é apenas uma coisa sazonal. Mas na Semana Santa, espero que estejam todos ocupados e sobrelotados. É bom sinal para toda a gente que os nossos restaurantes estejam cheios porque é para isso que se trabalha. Porque o turismo, acima de tudo, é uma atividade económica e o que pretendemos com isto tudo é gerar retorno económico para estes agentes locais. Se é suficiente, talvez comece a ser pouco suficiente e, nesse sentido, também ainda temos o foco de conseguir instalar aqui esta unidade hoteleira na Casa Grande.

**A Loja do Cidadão comemorou o mês passado 10 anos de portas abertas em Sardeal. Esta foi uma aposta de Executivos que integrou... foi uma aposta que garantiu que os serviços permaneciam no concelho.**

Sim, foi uma nova centralidade que se criou aqui no Sardeal. Garantiu-se a permanência destes serviços e, para além disso, conseguiu criar-se ali um espaço com uma dinâmica muito interessante. Porque deixámos de ter a necessidade de ter vários espaços em vários locais da vila e ficou tudo congregado na mesma loja. E acho que esse foi o aspeto mais positivo. Eu lembro-me, e ando nisto já há algum tempo, do cutelo em cima das nossas cabeças, intensificado em altura de processos eleitorais, das acusações de que os serviços vão sair, vão abandonar... O que se decidiu em Sardeal foi que, mesmo que os serviços saíssem, que não fosse por falta de proatividade nossa. Que não fosse pelo facto do município não ter criado as condições necessárias. Na altura, o presidente Miguel Borges aceitou o desafio do Governo, quando muitos outros municípios aqui à nossa volta diziam que não, e o Sardeal e o presidente Miguel disseram presente. Houve também um conjunto de circunstâncias que levaram a que o espaço estivesse a pedir para ser instalado ali. Estava ali, à mão de semear. E fez-se o investimento.

**E este ano, o Sardeal vai retomar a Feira do Fumeiro...**

É verdade... Esta Feira do Fumeiro é uma retoma de algo que já vínhamos pensando há algum tempo. Este ano com um mote diferente, pois na altura tinha incluído o queijo. Neste certame não vai ter o queijo, vai ter sim o vinho, porque a nossa intenção é também criar aqui uma janela e uma porta aberta àquilo que são os nossos produtores locais. Eu acho que o Sardeal já está a fazer a diferença também na qualidade do vinho que produz, e estas três quintas que temos - Vale do Armo, Quinta do Coro e Agrowine - são três quintas que transportam uma imagem muito boa do Sardeal, daquilo que se faz aqui e do bom que se faz no nosso território. Porque temos boas condições, não só climáticas, mas também de solos e humanas, porque quem trabalha a terra tem que ter o seu valor, e quem trabalha estas questões do vinho também tem o seu valor. Temos, portanto, condições para ter vinhos de excelência e para levarmos estas marcas, que têm sempre o Sardeal atrás, muito além. Daí este ano o nosso foco também ser o vinho. E também o pão, claro, como marca identitária do nosso território.



# “Ecos do Divino” aproxima arte sacra do público

// Exposição que vai mostrar património religioso vai estar patente de 20 de março a 24 de maio.

Com o nome “Ecos do Divino”, a exposição que irá estar na Galeria do Centro Cultural Gil Vicente e que irá ser inaugurada na Semana Santa, “é uma oportunidade única que temos de aproximar as imagens do público, fora daquilo que é o culto”. As palavras são de João Soares, curador da exposição, que explica que as peças tiveram que ser retiradas da Igreja Matriz, devido ao facto de se encontrar em obras. “São peças arte sacra, que vão desde o século XV até ao século XVIII. São imagens boas e algumas delas já figuraram em outras exposições, como é o caso do Calvário flamengo. Mas que faz todo o sentido, pelo período que vivemos, que tenhamos um Calvário”.

A maioria das peças em exposição são então da Igreja Matriz,

com “uma Senhora da Conceição do séc. XVIII, da Escola de Coimbra, que estava no trono do Altar-Mor, a Pietá, Madona, em pedra, que é uma imagem flamenga”, mas há de outras proveniências.

“Temos ter as “Santas Mães”, da Capela de Sant’Ana, que é uma imagem rara, também uma Nossa Senhora da Conceição, em terracota, que está na capela de São Guilherme, em Andreus, o São Guilherme, a Nossa Senhora da Saúde, também chamada dos Babilongos e ainda a imagem de São Simão, que vem de S. Simão”. João Soares esclarece que estas imagens não estão sempre ao alcance do público, “por estarem nessas capelas” mas que “o objetivo é esse: aproximá-las e poderem olhar para elas também do ponto de vista da arte”. Por outro lado, com a autorização da Diocese, esta também é uma oportunidade “para nós, conservadores, podermos ver o estado das peças, fazer uma limpeza e prevenir a degradação delas”.

A exposição vai contar sempre

com visitas guiadas, feitas por João Soares, e o público pode ouvir as explicações “sobre a peça, o material, a proveniência mas também sobre a iconografia”.

O concelho de Sardeal conta com um inventário, feito pela Diocese, e todas as peças em exposição são da Igreja. Mas João Soares tem esperança de conseguir expor uma outra que está na posse da Santa casa da Misericórdia. Trata-se de Nossa Senhora da

/ Paulo Sousa



/ Arte Sacra de Sardeal vai estar em exposição no CCGV

Caridade, do séc. XVI, que está no Convento e “que nunca foi exposta”.

Sardoal conta com muitas peças de arte sacra, “muitas da imaginária” católica, ou seja, a escultura, mas “também naquilo que são os paramentos, a ourivesaria religiosa e a pintura”. A escolha para a exposição não foi fácil porque “há muitas peças boas” mas há que olhar “para o espaço disponível, para o tamanho da peça e ao enquadramento que ela pode ter”. Para além disso, “é uma seleção que vai muito também daquilo que é a qualidade da peça, a raridade da peça e a história da peça”. Também conta “o que está disponível e o estado de conservação de cada

peça”. Ainda assim, serão mais de 14 peças em exposição. Contudo, apesar de estarmos na Semana Santa, João Soares assumiu que “não vou seguir um enquadramento único e exclusivo daquilo que é a Paixão de Cristo. Aqui é arte sacra, pura e dura”. E não escondeu que há peças que “há muito que ambiciono expor”. Deu o exemplo de Nossa Senhora da Conceição, da capela de São Miguel, em Andreus, “que não é um Machado de Castro mas é como se fosse um Machado de Castro. É das melhores peças da Diocese em terracota”.

João Soares tem a convicção de que “80% da população que vai aos atos religiosos, à missa e aos ritos, às igrejas e às capelas, não sabe o que lá está. Não fazem ideia. As pessoas vão com um objetivo. Esse é o culto, a prática da sua religiosidade. Mas não têm esta proximidade àquilo que é a peça, que é a obra de arte. (...) Aproximar a peça do público é muito importante. E a peça ganha vida. Ganha uma vida para além daquilo que é o seu posto lá num altar”.

Esta é, portanto, a oportunidade de conhecer e de perceber melhor a arte sacra do concelho de Sardeal.

/ Patrícia Seixas

## Concerto da Páscoa da FUS volta a ser no Sábado Santo

A participação da FUS nas quatro procissões da Semana Santa - Procissão do Senhor dos Passos, Procissão do Senhor da Misericórdia (ou Fogaréus), Procissão do “Enterro do Senhor” e Procissão da Ressurreição - leva a que o trabalho da Filarmónica seja mais intenso por estes dias. O repertório não muda, é certo, mas todos os anos há elementos novos. E se os mais velhos já o sabem “na ponta da pauta”, há que ensinar quem vem de novo e não apenas as músicas. Para quem participa pela primeira vez na Semana Santa, “se a nós nos diz muito, também tentamos passar esse sentimento para os novos elementos”, explica César Grácio, presidente da Filarmónica União Sardealense. Isto porque, “a sensação de tocar pela primeira vez, ou seja, de acompanhar a procissão pela primeira vez como músico é sempre diferente. Mesmo para os mais velhos, há uma nostalgia que se sente, de tudo o que representa. É uma carga religiosa e emocional muito grande, que acaba por mexer connosco”.

Apesar da grande participação nas cerimónias religiosas, “alguns dos elementos também participam

/ Paulo Sousa



/ Concerto da Páscoa da Filarmónica União Sardealense

conseguirem ver um concerto da Banda, só a viam nas procissões. E o ano passado, também juntando o útil ao agradável, em parceria com o município, isto acabou por ser pensado e foi realizado já no sábado antes do domingo de Páscoa. E este ano vamos pelo mesmo caminho”.

Quanto ao repertório do Concerto, “muda de ano para ano”. Mas até nisso há uma atenção especial. César Grácio fala dos concertos na Igreja Matriz, “que tem umas acústicas espetaculares” mas que, este ano, está em obras. “O ano passado ainda poderíamos ter realizado lá, mas devido ao facto de termos mudado o concerto para o sábado antes do domingo de Páscoa, havia algumas limitações de carácter religioso desta época. Havia a vigília e ainda é um dia de luto”.

Assim, o Concerto da Páscoa passa para o Centro Cultural Gil Vicente. Mas também aqui há condicionantes e prendem-se com a acústica. Segundo César Grácio, “o repertório que utilizávamos na

Igreja tem, obviamente, que ser adaptado. Há certas peças que não resultam tão bem no auditório do Centro Cultural, como resultavam na Igreja e isso acaba por nos fazer mudar ali qualquer coisa. E é nesse sentido que trabalhamos, mas obviamente que todos os anos esse repertório muda”.

Na Filarmónica União Sardealense “a maioria” dos elementos ainda são concelho “mas têm-se juntado às nossas fileiras muitas pessoas dos concelhos limítrofes, nomeadamente de Abrantes”. E se há uns anos atrás, eram os mais novos a procurar a Escola de Música da FUS, hoje há um outro fenómeno a acontecer. É que a acompanhar os filhos, “vêm os pais atrás, também para aprender”.

Eu penso que isto tem a ver com os nossos ritmos de vida de hoje em dia. O tempo é um bem mais que precioso e as pessoas querem passar mais tempo junto dos seus filhos. Como a disponibilidade não é muita, a vida é uma correria, e já que dispõem do tempo a acompanhar os filhos, ao menos aproveitam, aprendem e estão perto deles”, esclareceu César Grácio.

/ Patrícia Seixas

## Mercado da Páscoa regressa ao Mercado Diário

A iniciativa parte de uma organização do Município de Sardeal e da equipa do CLDS 5G Terra Pura Sardeal. O Mercado da Páscoa vai contar com a presença de quinze produtores e artesãos, todos do concelho de Sardeal, e que já têm expostos, em permanência, os seus produtos no Espaço Cá da Terra, no Centro Cultural Gil Vicente.

Por lá, vai poder encontrar, para além de artesanato, como os leques de palha, as malas de Flandres e artigos produzidos no espaço Artof (Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios), bijuteria, ilustração, doçaria, pão, tigeladas ou vinhos.

O Mercado da Páscoa vai então ter lugar nos dias 3 e 4 de abril, sexta-feira e sábado, no horário de funcionamento das 10 às 18 horas.

O bar do Mercado Diário Municipal vai, por estes dias, ser explorado pelo grupo dos Amigos da Paróquia de Sardeal.

 SARDOAL MUNICÍPIO  tagus



# Feira Nacional do Fumeiro Vinho & Pão

17-19.ABRIL 2026

BOMBEIROS MUNICIPAIS  
**SARDOAL**

mais informações  
[cm-sardoal.pt](http://cm-sardoal.pt) | [tagus-ri.pt](http://tagus-ri.pt)



# Câmara aprova criação de Comunidades de Energia Renovável

// A Câmara Municipal de Abrantes aprovou, por maioria, a autorização para celebração de contrato interadministrativo com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), necessária à implementação de um sistema de autoconsumo coletivo e à constituição de três Comunidades de Energia Renovável (CER) em Abrantes.

Na reunião do Executivo de dia 13 de fevereiro, o presidente da Câmara de Abrantes informou que “andamos há anos em torno da construção destas Comunidades, no âmbito do Médio Tejo, todos os municípios estão envolvidos”. Manuel Jorge Valamatos disse considerar estas Comunidades como “muito importantes para o nosso desenvolvimento, para a captação de tecido empresarial, com a criação de boas condições”.

O vice-presidente João Gomes explicou depois ao Jornal de Abrantes, à margem da reunião de Câmara, que as Comunidades de Energia Renovável “são entidades onde se produz energia através do fotovoltaico e que podem fornecer energia direta a entidades públicas, a privados ou a instituições (IPSS) de cariz social. Aqui, o que nós estamos a propor e que vai agora para passar para a égide da Comunidade Intermunicipal, para poder lançar este procedimento, é criar uma série de comunidades de energia que vão estar localizadas em todos os municípios da comunidade”.

Cada um dos 11 municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo vai ter Comunidades de Energia Renovável, “se se assim o entenderem...” Para o concelho de Abrantes, estão previstas três CER e isso tem a ver “com a necessidade do próprio concelho e devido à sua dimensão”. Isto porque, explicou João Gomes, “o que queremos aqui, em primeiro lugar, é essas comunidades poderem fornecer energia aos edifícios públicos e podermos ter aqui energia mais barata do que hoje temos, com os concursos que lançamos de média tensão e todas as outras que são associadas. Não vamos deixar de ter contratos com as empresas de fornecimento de energia, porque a comunidade energética não consegue garantir energia total para o bom funcionamento do edifício durante o tempo todo. O que estamos aqui a propor é que as comunidades energéticas serão um complemento à rede hoje já existente, o que permite reduzir custos, porque a energia é mais baixa, porque o transporte de energia deixa de ser pago, o acesso à rede e o aluguer de ligação também é dispensável... e então podemos reduzir alguns custos de operacionalidade”.

A implementação das CER “vai ser mais à frente” porque o que agora se aprovou foi o protocolo “para que seja a Comunidade Intermunicipal a desenvolver o procedimento, que será um concurso público que irá ser lançado e que irá abranger os vários municípios da área do Médio Tejo”.

## Comunidades de consumo imediato

Em Abrantes, serão então implementadas três CER porque no projeto apresentado, “apresentaram um estudo de uma simulação de poupanças, de custos associados, que até fizeram um prazo para 20 anos, mas que nós achamos que o retorno financeiro será muito mais reduzido do que os 20 anos”, disse João Gomes que admitiu que “jogaram pelo seguro”. O vice-presidente da Câmara de Abrantes explicou que “a questão das renováveis tem vários fatores, por exemplo, se tivermos um mês de janeiro como o deste ano, a produção de energia cai drasticamente e o fornecimento não chega. O que é que permitem as comunidades? Que toda a energia

produzida, seja consumida automaticamente. Se tivermos várias entidades como nós, e têm de ser diferenciadores, “nós poderemos dizer que se se vierem instalar na região do Médio-Tejo, nas zonas industriais do Médio-Tejo, nós podemos entregar energia às empresas a um custo mais baixo”. Contudo, “não quer dizer que lhe vamos fornecer a energia toda, porque senão teríamos de ter várias comunidades energéticas e várias entidades produtoras para conseguir garantir. Mas o que nos interessa é que o consumo seja logo de imediato. Sobretudo de entidades que funcionam durante o dia, porque as comunidades de energia não vão ter baterias de armazenamento, vão ser o que produzem, entregam diretamente e ele é consumido”.

E esse é o desafio. Funcionar em rede. Significa que se Abrantes tiver várias unidades de produção que possam interagir, que estejam interligadas umas com as outras, e o consumo for superior ao que está a ser produzido, e se num outro município, como Sardoal ou Constância, por exemplo, houver excedente,

“esse excedente é equilibrado com a outra comunidade energética”.

A entidade que vai lançar o procedimento é a Comunidade Intermunicipal, mas haverá depois uma entidade gestora, para “ter alguém que acompanhe realmente os consumos e a distribuição da rede entre as comunidades”.

## O espaço a ocupar

As CER, na sua implantação, vão sobretudo ocupar coberturas de edifícios e não os solos. “A instalação é mais económica do que estar a fazer no uso do solo, porque poupa-se nas estruturas e nas questões todas, e tem menos impacto visual”, referiu João Gomes. Já em relação ao território do concelho, “não vamos utilizar solos que possam ter outra finalidade que não esta”. Serão em “coberturas, sombreamentos de espaços públicos, como por exemplo a nossa cidade desportiva ou outras entidades locais em que possamos fazer coberturas, e temos aqui uma dupla utilização que, além da produção de energia, é um conforto para as pessoas que os utilizam. Os carros não ficam à exposição à

chuva e ao sol e por isso também é uma boa opção. E só em último caso é que, se for necessário, se verificará a utilização do solo”, garantiu o vice-presidente.

A proposta foi aprovada por maioria, com os votos dos eleitos do PS e da AD.

O vereador eleito pelo partido CHEGA, Nuno Serras, votou contra a proposta e justificou com “a elevada complexidade do documento” e do curto espaço de tempo para a análise. Assim, disse, “tive que me valer de outras fontes, nomeadamente de meus congéneres de outros municípios”. Avançou que “a conclusão a que chegámos e que tem em mão um estudo académico, na prática, vai comprometer a Câmara com custos importantes sem haver uma clareza no retorno. Temos apenas uma simulação, que não significa que se verifique na prática”. Depois de consultados os congéneres “e o partido”, Nuno Serras votou contra.

A proposta seguiu para discussão e votação na Assembleia Municipal.

/ Patrícia Seixas



/ As CER vão ocupar, de preferência, telhados e coberturas

# Médio Tejo, região de património, sabores e vinhos

// A BTL, Better Tourism Lisbon Travel Market, junta todos os anos, em cinco dias, o melhor do país no setor do turismo. E este ano o Médio Tejo deu a conhecer o património, os sabores, a embaixadora da região, a judoca olímpica Patrícia Sampaio, e o novo “terroir” dos vinhos do Tejo.

A Entidade Regional de Turismo do Centro, é a maior região de turismo de Portugal. Junta 100 municípios de duas mãos cheias de sub-regiões e tem uma oferta que vai da costa à fronteira, com água salgada e doce, com natureza e indústria, com sol e neve, com património e religião e, naturalmente, com o comer e beber. E nestas coisas do turismo há uma marca que tem vindo a ser desenvolvida como uma das mais importantes. Uma região que não aposta no turismo de massas e que diz ter nas gentes dos seus territórios o fator diferenciador da amabilidade, da simpatia e do saber receber.

E é uma região a crescer. No dia a abertura, quarta-feira, o presidente da Turismo do Centro destacou a trajetória de crescimento da região: “O Centro de Portugal está a trilhar o rumo certo. Chegamos a esta edição da BTL com dados que nos dão a maior confiança para o futuro. 2025 foi o melhor ano turístico da nossa história, com quase 8,5 milhões de dormidas e 552 milhões de euros de proveitos dos alojamentos turísticos. Estes resultados confirmam que o turismo é um instrumento valioso de coesão territorial”, sublinhou Rui Ventura.

Ao Jornal de Abrantes Rui Ventura explicou a aposta de 2026 na BTL: “Quisemos manter as várias sub-regiões e, se repararem, tudo o que estava a passar hoje aqui, neste momento, era do Médio Tejo. Desde o chefe embaixador do Médio Tejo, do Sabores ao Centro, desde a própria experiência imersiva que termina com o prato do chefe da região, no balcão da comunidade intermunicipal está o Médio Tejo e, também, aqui na área de autóctones, tudo aquilo que o Médio Tejo quer apresentar.”

Bruno Gomes, presidente da Câmara de Ferreira do Zêzere e vice-presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo destacou que a “região tem que continuar a ser uma região cada vez mais a crescer e uma região que de facto é competente. Eu valorizo muito aquilo que é a competência do Médio Tejo, dos seus autarcas, dos seus ativos, dos empresários. Estamos a fazer um trabalho, que eu considero muito competente. Agora precisamos continuar com esta tipologia



/ Bruno Gomes, vice-presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e presidente da Câmara de Ferreira do Zêzere

de promoção, tanto aqui na BTL, como estivemos na FITUR. Temos que continuar a fazer este caminho para que sub-região se continue a afirmar naquilo que é o turismo nacional e internacional.”

O vice-presidente referiu ainda que é preciso dar conta de que “a nossa região hoje, naquilo que é o enoturismo, tem já uma importância e um espaço muito grande. Agora, é necessário consolidá-lo e é preciso dá-lo a conhecer para que as pessoas tenham um som daquilo

que é a qualidade dos vinhos que se têm produzido na nossa região, e esse é o nosso objetivo. E temos aqui a mistura também com a visita às quintas, que é uma iniciativa que já começou a ser feita de não é só provar vinhos, é provar vinhos e vivenciar as próprias quintas do Médio Tejo.”

## Nos vinhos do Tejo há um novo ‘Terroir’, das serras

A sub-região Médio Tejo promoveu algumas iniciativas que vão

decorrer no território e a Comissão Vitivinícola Regional do Tejo apresentou o novo ‘Terroir’.

Os vinhos do Tejo tinham três tipos de solos, ou ‘terroir’ em linguagem vitivinícola. Ou seja, o campo (zonas aluviárias do Tejo), a charneca (a sul do distrito) e o bairro (zona norte).

Mas agora foi definido o novo ‘terroir’ também a norte, zonas de Mação, Sardoal, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha, em altitudes acima dos 150 ou 200 metros a que foi atribuída a designação de “serras”.

João Silvestre, Diretor-Geral da Comissão Vitivinícola Regional do Tejo, explicou que a altitude média de 232 metros, ao contrário das outras regiões com altitudes muito mais pequenas, e a idade das vinhas mais antiga. O ano médio de plantação é 1978. Estamos a falar de vinhas com quase 50 anos. “Isto vai influenciar em muitas características dos vinhos desta região.”

Qual é o perfil dos vinhos das Serras? “São vinhos com uma maior elegância e mais mineralidade que os vinhos da restante região. Não estou a dizer que são melhores ou que são piores, são diferentes. São vinhos completamente diferentes.”

É por isto que o Médio Tejo avança para a segunda edição das Quintas do Tejo, uma experiência na área dos vinhos e produtos locais. Jorge Simões apresentou as datas. O ciclo começa dias a 6 de maio e vai até 27 de junho. É a segunda edição, em colaboração com os Grupos da Ação Local e também com as duas CVRs que abrangem a região. “Estaremos no Sardoal, estaremos no Casal das Freiras em Tomar, vamos à adega Fundeira em Mação, em Ourém vamos provar o Vinho Medieval, e na Quinta do Côro, Sardoal. As inscrições estão abertas, o ano passado esgotaram rapidamente e aquilo que vos deixo aqui, um apelo, é que vejam e que venham visitar as quintas do Médio Tejo.”

/ Jerónimo Belo Jorge

## // A OLÍMPICA PATRÍCIA SAMPAIO É EMBAIXADORA DO MÉDIO TEJO

Patrícia Sampaio saiu do anonimato para a ribalta nacional após conquistar um bronze olímpico em Paris 2024. E entre as muitas ofertas, como embaixadora do Médio Tejo, deixou imagens apelativa e sugestões. Muitas e boas. “Em Abrantes temos o Castelo e a Fortaleza de Abrantes, as praias fluviais da Aldeia do Mato e Fontes, e o Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes. Em Alcanena temos o Centro Ciência Viva do Alviela, o Museu de Aquarela Roque Gameiro e a Praia Fluvial dos Olhos d’Água. Em Constância, o Borboletário



Tropical, o Centro de Ciência Viva e o Jardim Horto de Camões e sua Casa Memória.

No Entroncamento, como já referido anteriormente, temos o Museu Nacional Ferroviário, o Parque Verde do Bonito e o Festival Vapor. Em Ferreira do Zêzere, Torre Templária de Dornes, Praia Fluvial do Lago Azul e o Festival Gastronómico Lagostim e Peixe do Rio. Em Mação, o Museu de Arte Pré-histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, as Praias Fluviais de Cardigos, Carvoeiro e as Termas da “Ladeira de Envendos”.

Em Ourém, o Santuário de Fátima, o Castelo, o Paço dos Condes e a Praia

Fluvial do Agroal. No Sardoal, a Igreja Matriz, os Moinhos de Entrevinhas e o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso. Em Tomar o Convento de Cristo e Castelo de Tomar, a Mata Nacional dos Sete Montes e, muito em breve, a Festa dos Tabuleiros [que também recomendo muito que toda a gente vá assistir e eu pretendo participar]. Em Torres Novas, o Castelo de Torre Novas, as Grutas, a Reserva Natural do Paúl do Boquilobo. Em Vila Nova da Barquinha, o Castelo de Almourol, o Centro de Interpretação Templário e o Parque de Escultura Contemporânea.”

## Município cancela eventos culturais e aprova pacote de ajuda a cidadãos, empresas e associações

// Passou um mês da noite com os ventos mais violentos que atingiram Portugal e os prejuízos continuam a ser contabilizados. Vila de Rei apresenta um relatório preliminar com 6 Milhões de Euros de estragos, mas é um valor que pode subir para o dobro quanto existir o relatório final.

Na reunião do executivo Municipal de dia 20 de fevereiro, o presidente Paulo César Luís fez um ponto de situação do estado do concelho. Frisou ter ainda oito deslocados, mas manifestou ter esperança de, nesse mesmo dia, resolver dois casos.

Já sobre as medidas de apoio do Estado aos cidadãos, indicou ter conhecimento que foram feitas 93 candidaturas particulares na plataforma da CCDR Centro, tendo acrescentado pensar “que esse número vai subir consideravelmente. Os estragos maiores precisam de orçamentos e ainda vão ter de ser carregados. Esperamos na próxima semana já ter cidadãos a receber estes apoios.”

Paulo César Luís indicou ainda que houve uma reunião da comissão sub-regional de Proteção Civil em que ficou claro que é preciso preparar melhor a região para outros eventos. “Redundância vai ser a palavra do ano. Redundância que não existiu na eletricidade e nas comunicações”, sublinhou o autarca. E depois acrescentou que foi apresentada nesta reunião uma proposta que partiu do setor de informática do Município de Vila de Rei para aquisição de malas táticas de comunicações.

Por outro lado, deu conta que ANACOM [Autoridade Nacional para Comunicações] instalou dois sistemas de comunicação por satélite [Starlink] nas juntas de freguesia, Fundada e S. João do Peso, equipamentos que já estão instalados.

Numa inventariação inicial dos prejuízos causados pela tempestade Kristin, relatório preliminar com data de 16 de fevereiro, está estimado o valor de 5,3 Milhões de Euros, a que se somam mais de 500 já registados na plataforma da CCDR - Centro. Há indicação que

este valor, como referiu o autarca, possa disparar quando começarem a ser carregados os orçamentos particulares mais pesados.

Paulo César Luís indicou que há a registar 4,4 ME em prejuízos em equipamentos e infraestruturas municipais, 610 mil euros em estragos registados em coletividades, IPSS's e entidades religiosas. Há ainda 170 mil euros de prejuízos em património cultural.

Não está incluído o prejuízo florestal ou os prejuízos particulares que são suportados pelas companhias de seguros.

“Para já há um valor de 6 milhões de euros, mas a título pessoal penso que o valor poderá ser superior ao Orçamento da Câmara que é de 13 ME.”

Paulo César Luís indicou ainda quais os apoios do Estado, nomeadamente para recuperação de casas até 10 mil euros, e depois todos os outros já anunciados pelo governo.

Na mesma reunião de Câmara foi apresentada uma proposta com

medidas para apoio à população do concelho para “mitigação dos encargos financeiros suportados pelas famílias; salvaguarda da continuidade da atividade educativa; reforço da capacidade de resposta das associações e instituições particulares de solidariedade social; e proteção do tecido económico local, em especial das estruturas municipais afetadas.”

Paulo César Luís apresentou depois o pacote de medidas excecionais de apoio que vai representar uma diminuição das receitas no valor total estimado de 97 mil euros. Para suportar esta verba, o Município anunciou o cancelamento ou adiamento de eventos culturais, concretamente, o Carnaval, Festival das Sopas e Petiscos, Festival Gastronómico do Bacalhau, Mercado Medieval e o Festival Rock na Vila.

O presidente da Câmara revelou que apesar de tudo, a Feira de Enchidos, Queijo e Mel realizar-se-à e terá o lançamento da marca turís-

tica que estava prevista para março. Será aí “que vamos apostar as fichas todas” como sinal de retoma da vida no concelho.

Quanto aos apoios, foi aprovada a isenção total do pagamento da faturação relativa ao serviço de abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos e restantes taxas, referente ao consumo do mês de janeiro, como medida de alívio imediato dos encargos dos consumidores do concelho, num valor estimado de 40 mil euros.

No apoio às famílias, haverá a isenção do pagamento de refeições escolares dos alunos do 2.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário, até ao final do respetivo ano letivo, garantindo a continuidade do apoio alimentar em contexto de especial vulnerabilidade social, num valor estimado de 12 mil euros.

Foi ainda aprovado um reforço do apoio financeiro às associações sediadas no concelho de mil euros a cada uma, num valor de 12 mil euros.

As IPSS's fazem parte deste pacote, com apoio financeiro para aquisição de geradores, no valor de 5 mil euros por IPSS e 10 mil euros para a Santa Casa de Misericórdia de Vila de Rei, atendendo à sua dimensão.

Na atividade económica, foi ainda decidido suspender temporariamente os contratos de arrendamento dos Gabinetes Empresariais e de um Espaço Empresarial do CIES e do Museu da Geodesia a partir do mês de fevereiro. Será uma suspensão até à reposição integral das condições de funcionamento dos edifícios.

A diminuição das receitas e o aumento das despesas, [valor de quase 98 mil euros] serão suportadas através da reafetação de verbas do orçamento municipal dos eventos culturais adiados ou cancelados.

Assim, em resumo, a proposta aprovada pelo Executivo Municipal e remetida à Assembleia Municipal, prevê a aprovação do conjunto de medidas excecionais citadas destinadas à resposta imediata aos danos causados e ao apoio às populações afetadas; a reafetação das verbas orçamentais inicialmente previstas para o Festival Rock na Vila, Carnaval, Festival das Sopas e Petiscos, e Mercado Medieval, destinando-as ao financiamento das ações de emergência, recuperação e apoio social; e a autorização para a adoção dos atos administrativos e financeiros necessários à execução da presente deliberação, no estrito cumprimento da legalidade e dos princípios da administração pública.

Na mesma reunião foi aprovada uma alteração orçamental para validar, financeiramente, este conjunto de medidas.

/ Jerónimo Belo Jorge



/ Festival Rock na Vila é um dos eventos cancelados

## Percursos Pedestres vão continuar encerrados

Na sequência dos estragos provocados pela tempestade Kristin, vários trilhos e caminhos florestais do concelho de Vila de Rei sofreram danos significativos, encontrando-se atualmente sem condições de segurança para utilização.

Assim, os Percursos Pedestres do concelho estão temporariamente encerrados, por tempo indeterminado, enquanto decorrem os necessários trabalhos de limpeza, desobstrução e manutenção. Estão

abrangidos o Trilho das Cascatas, o Trilho das Bufareiras, a Rota das Conheiras, o Caminho do Xisto de Água Formosa, a Rota do Bostelim, a Grande Rota da Prata e do Ouro e o troço vilarrense da Grande Rota do Zêzere.

Por outro lado, o circuito dos Passadiços do Penedo Furado já se encontra novamente acessível ao público. O percurso circular, com cerca de 2,1 quilómetros, deverá ser iniciado junto ao mi-



/ Praia Fluvial do Penedo Furado

radouro do Penedo Furado ou ao miradouro das Fragas do Rabadão, uma vez que o acesso automóvel à Praia Fluvial permanece encerrado.

O Município de Vila de Rei “lamenta os constrangimentos causados” e informa que está a proceder a todos os esforços para repor, “com a maior brevidade possível”, as condições de segurança e usufruto destes importantes ativos turísticos do concelho.

## DESTAQUES

### A ABRANTES

- **Até 14 de março** – Exposição “Traços Imperceptíveis de Resistência”, de Susana Rosa – Biblioteca Municipal António Botto
- **Até 15 de março** – Exposição “Malas Artes”, de Mário Cordeiro – MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
- **Até 19 de março** – Exposição coletiva “Inéditos, revisitados” com obras da Coleção Figueiredo Ribeiro – MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
- **Até 29 de março** – Exposição coletiva “Cerâmica XL”, do Grupo Convergências – MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
- **7 de março a 27 de junho** – Exposição “Registos, os relicários da memória” – Quartel – Galeria Municipal de Arte
- **7 de março** – Bebeteca apresenta “Luísa na Quinta” – Biblioteca Municipal António Botto, às 10h (6 aos 18 meses) e 11h30 (19 aos 36 meses)
- **14 de março** – Espetáculo para bebés “Akai e Koku” – Biblioteca Municipal António Botto, às 10h e 11h30
- **27 de março** – Ciclo de contadores de histórias com Luís Correia Carmelo – Biblioteca Municipal António Botto, às 21h30

### C CONSTÂNCIA

- **Até 11 de abril** – Exposição “Alexandre O’Neill – Uma vida em forma de assim” – Sala Polivalente do Cineteatro Municipal

### M MAÇÃO

- **Até maio** – Exposição “A Arte Rupestre do Vale do Ocreza – 25 Anos da Descoberta” – Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo
- **6 de março** – Inauguração da exposição “Realismo em Carvão”, de Cindy Coluna – Galeria Carlos Saramago do Centro Cultural
- **7 de março** – Cinema “Shelter: Sem limites” – Cine-Teatro, às 21h
- **8 de março** – Mercado “Os Quintais nas Praças do Pinhal” – Largo dos Combatentes, das 9h às 17h
- **21 de março** – Teatro “A mulher do meu marido” – Cine-Teatro, às 21h
- **22 de março** – Cinema “Goat: O maior de todos” – Cine-Teatro, às 16h
- **28 de março** – Teatro infantil “Branco” – Centro Cultural, às 10h30
- **28 de março** – Cinema “Hamnet” – Cine-Teatro, às 21h
- **29 de março** – Feira dos Ramos

## “Registos, os relicários da memória” em exposição em Abrantes

A Galeria Municipal de Arte de Abrantes - Quartel, tem patente, de 7 de março a 27 de junho, a Exposição “Registos, os relicários da memória”.

Ao percorrer esta mostra, o visitante é convidado a entrar numa viagem pelo universo íntimo da devoção popular portuguesa. Mais do que simples objetos de culto, os “registos” são janelas para uma espiritualidade que funde a fé dogmática com a liberdade criativa do artesanato vernacular.

A exposição é composta por três núcleos, definidos pela sua proveniência: a Coleção da Família Marçal Ruivo da Silva, núcleo central da mostra, apresenta mais de uma centena de exemplares reunidos por Idalina Marçal (1930-2023); os Registos Tradicionais do Pego (Abrantes), objetos de uma afirmação coletiva, simbolizando a cultura pegacha pelo seu cromatismo vibrante; e os Registos da Micá (Maria Carlos Nunes), que reinterpreta a simbologia religiosa através do restauro e do reaproveitamento de objetos.

A exposição pode ser visitada de terça-feira a sábado, das 14h às 17h30.



## Teatro “Sempre que a Revista Canta” em Vila Nova da Barquinha

O Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha recebe, no dia 13 de março, às 21h30, o teatro “Sempre que a Revista Canta”.

Neste espetáculo cheio de humor e música, inspirado no teatro de revista, a crítica social e política está em destaque. O humor é mordaz, elegante e não foge aos temas que incomodam, com trocadilhos inteligentes, marcas dominantes nas rábulas originais, protagonizadas pelos atores Vítor Emanuel, Maria Tavares e Raquel Caneca, a quem se junta a cantora Cidália Moreira, que abrilhanta o espetáculo com as suas canções mais populares.

Partindo do popular tema “Sempre que Lisboa canta”, o público pode assistir a grandes momentos de comichidade através de rábulas que abordam, por exemplo, os trabalhadores da Uber; uma inesperada carta que “coloca tudo a nu”; uma brincadeira com os nomes mais populares da atualidade; uma doente muito especial e até um momento sério que arrebatará o público.

Os bilhetes, com o preço de 10€, estão disponíveis no Centro Cultural. As reservas podem ser efetuadas através dos seguintes contactos: telefone 249 720 358 e e-mail reservas@cm-vnbarquinha.pt.



## JEL no Centro Cultural Gil Vicente em Sardoal

O comediante JEL regressa ao Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, desta vez para apresentar o seu mais recente espetáculo de stand-up comedy “Quem te viu e quem te vê”, no dia 14 de março, às 21h30.

No 2.º espetáculo a solo, JEL evoca os seus 30 anos de carreira e os 20 anos do icónico programa “Vai tudo abaixo”, no qual surgiram personagens como o Carlinhos, o Machista Gay, os Homens da Luta, entre muitos outros.

Em “Quem te viu e quem te vê”, o espectador vai ouvir histórias inéditas sobre os bastidores de “Vai tudo abaixo” e sobre o início da sua carreira, mas também as opiniões e observações sobre o que mudou no mundo nestes 30 anos e, sobretudo, nos seus 50 anos de vida.

Os bilhetes têm o preço de 12,50€ e estão à venda na bilheteira do Centro Cultural Gil Vicente e na ticketline.pt.



### S SARDOAL

- **7 de março** – Cinema “Goat – O maior de todos” – Centro Cultural Gil Vicente, às 16h e 21h30
- **12 de março** – Teatro “Mas ele hoje trouxe-me flores” pela Associação Cultural Embuscada – Centro Cultural Gil Vicente, às 14h30
- **14 de março** – Espetáculo “Quem te viu e quem te vê” com JEL – Centro Cultural Gil Vicente, às 21h30
- **19 de março** – 4.ª Conferência AO.RI – Artes e Ofícios do Ribatejo Interior – Centro Cultural Gil Vicente, a partir das 9h
- **23 de março** – Workshop “Finanças Pessoais Descomplicadas” com a participação da DECO – Centro Cultural Gil Vicente, às 10h
- **28 de março** – Concerto de Shout! – Centro Cultural Gil Vicente, às 21h30

### R VILA DE REI

- **21 de março** – Passeio de Jipes pelos Esganados TT – Secretariado a partir das 8h

### B VILA NOVA DA BARQUINHA

- **Até 21 de março** – Exposição “Rasto”, de Carlos No – Galeria do Parque
- **7 e 14 de março** – Ateliers infantis “Pequenos Artistas” para crianças dos 6 aos 12 anos – Centro de Estudos de Arte Contemporânea, das 10h30 às 13h
- **7 de março** – Roda de Leitura – Partilha de leitura em voz alta – Clube União de Recreios de Moita do Norte, às 15h
- **7 de março** – Espetáculo “Dr. Escorrega”, pelo Grupo de Teatro da Associação Cultural e Desportiva de S. Silvestre – A. C. D. de S. Silvestre, às 21h
- **13 de março** – Espetáculo “Sempre que a Revista canta!” – Centro Cultural, às 21h30
- **14 de março** – Festival de Sopas – Centro Comunitário da Atalaia, a partir das 12h30
- **15 de março a 19 de abril** – III Mostra de Peixe do Rio – Restaurantes aderentes
- **21 de março** – Espetáculo “Celebrar Hollywood” – Centro Cultural, às 21h30
- **21 de março** – Clube de Leitura – Biblioteca Municipal Carlos Matos Gomes, às 15h
- **28 de março** – Comemoração do Dia Nacional dos Centros Históricos
- **28 de março** – Hora do Conto com Evelina Gaspar – Biblioteca Municipal Carlos Matos Gomes, às 15h

/ André Lopes  
/ Agenda Cultural do Médio Tejo



## Risoto de Camarão

Um prato cremoso, aromático e cheio de sabor do mar.

### / Ingredientes:

300g de arroz arbóreo  
400g de camarão descascado (coza e reserve a água da cozedura e as cascas para caldo)  
1 cebola pequena picada  
2 dentes de alho picados  
100 ml de vinho branco  
1 litro de caldo quente (a água de cozedura dos camarões)  
2 colheres de sopa de manteiga  
50g de queijo parmesão ralado  
Azeite q.b.  
Sal e pimenta q.b.  
Coentros ou salsa picada (opcional)

### / Preparação:

Refogue a cebola e o alho num fio de azeite. Junte o arroz e envolva bem até ficar translúcido. Acrescente o vinho branco e deixe evaporar.



Adicione o caldo quente aos poucos, mexendo sempre e deixando absorver antes de juntar mais. A meio da cozedura, acrescente o camarão. Quando o arroz estiver cremoso e al dente, retire do lume e envolva a manteiga e o parmesão. Ajuste o sal e a pimenta e finalize com ervas frescas. Sirva de imediato.

## Petit Gâteau de Chocolate

Pequeno por fora, surpreendente por dentro.

### / Ingredientes (6 unidades):

200g de chocolate negro (70% cacau)  
100g de manteiga  
150g de açúcar  
3 ovos  
2 gemas  
50g de farinha  
Manteiga e cacau para untar

### / Preparação:

Derreta o chocolate com a manteiga. Bata os ovos, as gemas e o açúcar até obter um creme fofo. Envolve o chocolate derretido e depois a farinha peneirada. Distribua por forminhas untadas. Leve ao forno pré-aquecido a 200°C por 7 a 9 minutos. O centro deve ficar cremoso.



# É PROPRIETÁRIO DE TERRENOS NAS FREGUESIAS DE ALCARAVELA OU SANTIAGO DE MONTALEGRE?

## ESTE ASSUNTO É DO SEU INTERESSE!



Freguesias de Alcaravela e Santiago de Montalegre (5.377 hectares)

REORDENAMENTO DA PAISAGEM  
ABORDAGEM INTEGRADA E DIVERSIFICAÇÃO DE USOS  
PROMOVER UMA ECONOMIA DE ESCALA



# 25 anos depois, as cheias voltaram ao Tejo

// A última grande cheia do Tejo foi em 1989, mais pequena do que a de 1979. Desde 2001 que a água não subia tanto nas zonas ribeirinhas. 2014 foi, de resto, a última vez que o caudal do Tejo “subiu” até à marginal do Rossio (Abrantes).

Depois da tempestade Kristin que deixou um rasto de destruição por causa, principalmente, dos ventos fortes e que demos conta no Jornal de Abrantes de fevereiro, tivemos a passar pelo território as tempestades Leonardo e Marta que vieram com tanta água que, 25 anos depois, voltaram a trazer uma cheia ao Tejo.

No início do mês, tanto a Agência Portuguesa do Ambiente como o IPMA e a Proteção Civil tinham anunciado que a precipitação intensa, aliada ao facto de os solos já não terem capacidade para infiltração de água, iria provocar cheias em várias bacias hidrográficas, incluindo o rio Tejo. Apesar da coordenação, boa diga-se, das descargas das barragens, choveu tanto que o rio galgou as margens, inundou zonas ribeirinhas, fechou estradas, deixou povoações isoladas na Lezíria, como é hábito.

As cheias do Tejo têm o condão de ter margem de várias horas para que os cidadãos que vivem perto do rio possam retirar a totalidade ou quase totalidade dos bens. Alvega, Abrantes (Rossio e Barreiras do Tejo)



/ João Tavares

e Rio de Moinhos têm os primeiros impactos. Depois Constância, que fruto da confluência entre Zêzere e Tejo, tem água nas casas mais facilmente. De seguida Praia do Ribatejo, Tancos e Vila Nova da Barquinha.

Os prejuízos das cheias existem sempre, seja por infraestruturas afetadas ou destruídas, seja pelas necessidades de alocar meios para limpar as zonas que estiveram inundadas. E, este ano, a inunda

trouxe muita terra e areia para as margens. De resto, árvores arrancadas ou tombadas, estruturas de bares ou restaurantes inundados e destruídos, passadiços e estruturas de madeira arrancados, parques infantis que deixaram de o ser.

O Presidente da República visitou o posto de comando da Proteção Civil de Abrantes e a zona ribeirinha de Rossio ao Sul do Tejo e, mais tarde, a zona do Cartaxo.



/ Município VNB

Marcelo quis saber como foi feita a preparação, os trabalhos desenvolvidos no terreno e a forma como as diversas autoridades estavam a trabalhar no terreno.

No domingo, dia 8, as águas baixaram para o leito do rio, mas voltaram a subir na quinta-feira, dia 12, em níveis inferiores do que o pico de dia 5.

A cheia anunciou-se grande, na Lezíria, onde chegaram estar cor-

tadas mais de 200 estradas. O pico máximo foi atingido a 6 de fevereiro com um total de 9 mil m<sup>3</sup>/s na estação hidrométrica de Almourol. O Plano Especial de Cheias da Bacia do Tejo foi ativado em amarelo a 24 de janeiro, saltou para vermelho a 5 de fevereiro. O alerta foi reduzido para amarelo a 16 de fevereiro, para azul no dia 21, e no dia 27, foi finalmente desativado.

/ Jerónimo Belo Jorge

## Hermenêutica da Desculpabilidade

**A** hermenêutica, essa venerável disciplina que outrora se dedicava à clarificação do sentido de textos sagrados e jurídicos, sofreu em Portugal uma mutação ontológica digna de um tratado de patologia social. No nosso ecossistema político, a arte da interpretação deixou de ser uma busca pela verdade para se converter numa sofisticada tecnologia de ponta do encobrimento, onde o significante e o significado travam um duelo de esgrima em que o perdedor é invariavelmente o contribuinte. Vivemos sob a égide da Hermenêutica da Desculpabilidade, um regime onde um desastre de gestão não é uma evidência de incompetência, mas sim uma “narrativa carente de contextualização”. Quando um governante se apresenta diante das câmaras para “assumir a responsabilidade”, ele não está a oferecer a sua demissão, está apenas a realizar um exercício de prestidigitação semântica. Na gramática da política nacional, assumir a responsabilidade é um ato mágico que, uma vez proferido, dissolve a própria responsabilidade. É como se um capitão de um navio, após embater contra um icebergue, declarasse solenemente que assume a responsabilidade pelo naufrágio e, ato contínuo, pedisse que lhe servissem o jantar na ponte de comando enquanto a orquestra toca um fado sobre a resiliência das quilhas.

Essa insistência em manter a orquestra a tocar, mesmo quando a água já nos chega ao pescoço, é a manifestação mais pura da nossa capacidade de abstração coletiva. É uma forma de arte performativa onde o guião é escrito à medida que o navio se inclina, transformando o pânico iminente numa peça de teatro de revista com bastante ritmo. O público, sentado nas cadeiras de convés que deslizam perigosamente, aplaude a genialidade do capitão que, em vez de procurar botes salva-vidas, profere um discurso inspirador sobre a beleza geométrica do afundamento. Esta desconstrução da realidade serve um propósito claro: transformar o desastre iminente numa fatalidade cénica. Se a infraestrutura social colapsa ou se o contrato social se degrada até ao ponto de não retorno, a culpa nunca é de quem desenhou a rota ou de quem ignorou os avisos de gelo. A culpa é sempre de uma “confluência de fatores exógenos que desafiaram a resiliência intrínseca da embarcação”.

Note-se a recorrência do termo “resiliência”, o adjetivo predileto da nossa atual aristocracia burocrática. Academicamente, a resiliência é a capacidade de um corpo recuperar a sua forma original após um choque. Politicamente, é o eufemismo supremo para o “aguenta e não te queixes”. Quando o Estado elogia a resiliência dos portugueses, está na

verdade a condecorar a nossa paciência perante a sua própria incapacidade. É a hermenêutica do cinismo: em vez de fornecerem serviços públicos de qualidade, fornecem-nos adjetivos pomposos. Estamos perante uma inflação semântica onde a palavra “histórico” é gasta em acordos que duram menos que um iogurte fora do frigorífico e onde o “ajuste direto” é interpretado como uma “agilização procedimental necessária”, mesmo que o interesse público coincida sempre, por mero acaso hermenêutico, com o interesse de um círculo restrito de iluminados.

Para sustentar este edifício de fumo, recorre-se à indústria do “parecer jurídico”. O parecer é a unidade básica de produção da irresponsabilidade nacional. Trata-se de um documento pago a peso de ouro para provar que o óbvio é subjetivo e que a lei, afinal, é apenas uma sugestão de leitura. Se um governante quer fazer algo que a decência proíbe, não consulta a sua consciência, contrata uma firma de advogados que, através de uma habilidade criativa, conclui que o ato é não só legal, como “imperativo no quadro da estabilidade institucional”. O parecer jurídico é o palimpsesto moderno. Escreve-se por cima da verdade até que esta desapareça sob camadas de jargão técnico e citações em latim. O resultado é um país onde a ética foi substituída pelo

regulamento e a política pela gestão de danos comunicacionais.

O cidadão comum, ao assistir a esta dialética do absurdo, acaba por mergulhar num niilismo profundo. Afinal, como podemos debater ideias se as palavras já não têm lastro na realidade? Se um buraco nas contas públicas pode ser interpretado como um “desvio técnico positivo na trajetória de convergência”, então a verdade tornou-se um mero detalhe estético. O político moderno é um semioticista de génio que compreendeu que não precisa de resolver o problema, basta-lhe mudar o nome ao problema através de uma “reestruturação de branding político”. Se a realidade incomoda, altera-se a hermenêutica. E assim navegamos, entre relatórios preliminares que concluem que a culpa é sempre de uma “falha de comunicação” e conferências de imprensa onde se anuncia o futuro com a convicção de quem já esqueceu o passado. Em Portugal, o erro não se castiga, interpreta-se até que ele se torne invisível a olho nu. No fim, o que sobra é este tratado de inação, onde o país não é gerido, mas meramente lido como se fosse um texto de ficção de má qualidade, onde o autor se esqueceu de escrever o final, mas insiste em cobrar os direitos de autor ao povo sob a forma de impostos. É a vitória definitiva da hermenêutica sobre a prática.



/ André Pereira  
/ MONTALVENSE  
/ TÉCNICO SUPERIOR NO ISEG

# Vale das Mós continua a exigir desagregação da freguesia

// O Grupo de Apoio à Criação da Freguesia de Vale das Mós promoveu, no dia 20 de fevereiro, uma concentração pública para exigir a reposição da freguesia, num processo a submeter à Assembleia da República e que tem mobilizado a população.

“É um movimento unitário da população de Vale das Mós e integra várias correntes políticas e indivíduos sem filiação partidária porque isto é um movimento popular. O que pretendemos é a criação da freguesia e acabar com manobras dilatórias”, afirmou Manuel Vitória, um dos dinamizadores do grupo que pretende a desagregação da União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós, no concelho de Abrantes.

A concentração, junto às atuais instalações da Junta, contou com cerca de uma centena de habitantes, tendo usado da palavra todos os que manifestaram interesse, entre os quais o antigo presidente da entidade, antes da anexação, Freguesia de Vale das Mós.

Vale das Mós conta com cerca de 500 eleitores e entre 600 a 700 habitantes, tendo sido esta a primeira ação pública do movimento para pressionar a concretização do processo.

Manuel Vitória questionou a proposta de realização de um referendo defendida pelo presidente da União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós. “Quando foi para agregar não foi preciso referendo e agora, para desagregar, é preciso um referendo? Não faz sentido”, afirmou, tendo feito notar que já houve decisões aprovadas pelos órgãos autárquicos representativos.

Segundo o dinamizador, a posição a favor da desagregação da freguesia foi aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia por duas vezes, contou com aprovação da Câmara Municipal por maioria absoluta e mereceu também aprovação da Assembleia Municipal de Abrantes.

“Já fizemos chegar à Comissão da Assembleia da República que está encarregada da desagregação a nossa posição sobre esta matéria. A pergunta é simples: Querem agora dar o dito por não dito? Ou essas decisões só foram tomadas porque estávamos em tempo de eleições?”, questionou.

Segundo Manuel Vitória, “a população sente-se traída porque há aqui um não cumprir das promessas e das votações que foram feitas”.

Depois, no dia 23 de fevereiro, na reunião da Junta da União Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós, a população voltou a com-



/ Concentração de populares no dia 20 de fevereiro

parecer, “como nunca antes tinha sucedido e impôs a discussão da desagregação da freguesia de Vale das Mós”.

Após uma “acalorada discussão”, o Executivo da Junta manifestou-se a favor da desanexação da freguesia, com a abstenção do seu presidente, “que apesar disso não se manifestou contra”.

“Independente da mudança de posição do executivo da Junta de Freguesia, a qual valorizamos, é determinante que a Comissão para este assunto na Assembleia da República seja informada da mesma”, afirmou Manuel Vitória, do Grupo de Apoio à Criação da Freguesia de Vale das Mós.

O grupo enviou uma carta à comissão parlamentar responsável pela avaliação dos processos de criação e reposição de freguesias, onde expôs os fundamentos que considera justificarem a criação da nova freguesia e cuja pretensão acabou por não integrar a lista das 160 freguesias que avançaram com o pedido de desagregação dentro do regime simplificado, ao não dar entrada na Assembleia da República até ao dia 21 de dezembro de 2022, prazo limite.

Vale das Mós foi criada como freguesia autónoma a 4 de outubro de 1985, por desanexação de São Facundo, tendo sido agregada em 2013, no âmbito da reforma admi-

nistrativa, passando a integrar a União das Freguesias de São Facundo e Vale das Mós.

A União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós logo em abril de 2022 avançou com a intenção de “separação”. A possibilidade da desagregação foi equacionada, tendo a Assembleia de Freguesia aprovado a intenção, a 14 de abril, tendo depois sido iniciado o processo formal.

O processo de desagregação elaborado pela CDU foi entregue e aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia, na sessão realizada a 2 de dezembro de 2022, sendo que a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Abrantes decorreu antes, no dia 25 de novembro, não tendo dado entrada em tempo útil na Assembleia da República, num processo que abriu, desde logo, nova janela de oportunidade a quem ficou de fora.

“Nós não queremos uma freguesia por freguesia. Queremos uma freguesia para que os eleitos nos ouçam, para que estejam próximos de nós e para que sejam tomadas as melhores decisões. O que queremos é que seja cumprido aquilo que foi prometido e aquilo que foi votado. Não admitimos estas reviravoltas”, declarou Manuel Vitória.

O responsável afirmou ainda que a concentração constituiu “a primeira forma de luta”, admitindo que poderão ser tomadas outras iniciativas, cuja decisão caberá ao grupo de apoio à desagregação da freguesia.

/ C/ Lusa

## A paz impossível

OPINIÃO /



/ Nuno Alves  
/ MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
/ nmalves@sapo.pt

A guerra na Ucrânia, que os estrategas russos acreditavam resumir-se a uma “operação especial” de quatro dias, dura há já quatro anos. E, passados quatro anos, as razões que motivaram esta guerra permanecem o maior mistério deste conflito: terá sido a aproximação da esfera de influência da NATO às fronteiras russas; a quebra de promessas feitas após o colapso da União Soviética; o interesse estratégico e económico na região leste ucraniana ou o saudosismo histórico pelo período soviético e o desejo de um revivalismo imperial glorioso? A invasão em larga escala, a 24 de Fevereiro de 2022, baseou-se na premissa dos quatro dias: Kiev e o resto do país cairiam sob controlo russo em poucos dias. O plano não resultou e, desde então nada mais funcionou: nem a estratégia nem a retórica política. A Rússia está atolada no lodo e sabe-o. Mesmo com ganhos territoriais, não há vitória possível para a Rússia, excepto no papel. E, perante a sua incapacidade de avanço, a Rússia mostra que não consegue fugir à sua identidade histórica: o ataque indiscriminado a civis, a zonas populacionais e às infraestruturas básicas de funcionamento do país. Se o país não cai pela força das armas, cai pelo frio, pela fome e pela falta de hospitais para providenciar auxílio médico. No terreno, as perdas avolumam-se: mais de um milhão de baixas russas, o esforço económico do país tem sido devorado pelas necessidades da guerra e o regime apertado o cerco interno a qualquer voz crítica. Ao fim de quatro anos, sonha-se com uma paz para uma guerra que poderia ter tido uma evolução muito diferente. Na ofensiva ucraniana, no final de 2022, o esforço ucraniano foi louvável, mas muito mais poderia ter sido recuperado se os aliados ocidentais tivessem providenciado a ajuda necessária no momento. Mesmo hoje, muito mais poderia ser feito para proteger a Ucrânia, especialmente por parte da Europa, sem passar por confron-

tos militares diretos contra a Rússia ou por mais financiamento. A insistência num acordo de paz ou, pelo menos, num cessar fogo, é uma ilusão política: por um lado, temos um presidente americano que se pretende imortalizar na História como o pacificador do mais devastador conflito europeu desde a II Guerra Mundial e, do outro lado, temos a Rússia que, não querendo a paz mas também não consegue a vitória, utiliza as conversações de paz como estratégia militar. O papel da Rússia nestas negociações é simples: empatar e congelar as conversações com exigências territoriais que não consegue obter no terreno para criar fadiga no apoio internacional à Ucrânia. Pelo meio, 2025, o ano em que as negociações começaram, foi também o ano mais mortífero em vítimas civis. A conclusão destes quatro anos de guerra é óbvia: a Rússia falhou todos os seus objectivos militares porque todos eles se baseavam na premissa de uma conquista quase imediata. Aceitar a paz sem ganhos territoriais que justifiquem um conflito que não tinha razão para existir é, agora, a única forma que a Rússia tem para evitar formalmente a derrota e a humilhação que não quer reconhecer.

**A insistência num acordo de paz ou, pelo menos, num cessar fogo, é uma ilusão política**

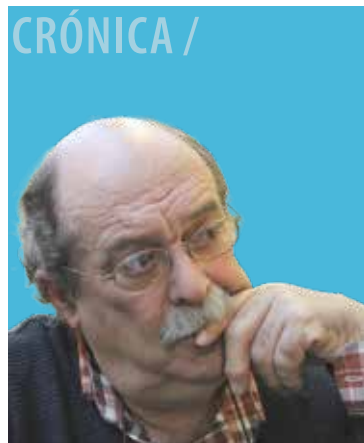
## Pastéis da cidadania em Belém

**A** poucos dias da tomada de posse do novo Presidente da República, António José Seguro, publico o artigo que, então, me pediu para o seu livro UM DE NÓS. Como apenas foi publicado um parágrafo, critério editorial que respeito, aí vai na integra complementado com foto do Animado Almoço na Associação 25 de Abril, em Junho de 2011. Premonitório!

2. Caríssimo António, estive lá, estive lá, tantos e tantas almas, sedentas de que CONTEM CONNOSCO, nestes dias em que nos sentimos arredados na participação da coisa/causa pública.

3. Quando pela primeira vez, como secretário geral do Partido Socialista, em Dezembro de 2013, abriste a sede nacional do Largo do Rato, para que lá expusesse os meus trabalhos, na exposição PODERES, eles mesmos interrogando OS PODERES DO PODER, possibilitando que TODOS os que quisessem visitar a sede, sem quaisquer preocupações de filiação partidária, SEM TER QUE, numa palavra, APRESENTAR CARTÃO, o fizesses, percebi que foste genuíno nessa tua vontade de partilha na edificação de dias mais solidários.

4. Foi em nome dessa continuada e salutar obsessão de partilha da cidadania que subimos até ao super lotado Centro de Congressos das Caldas da Rainha.



/ António Colaço  
/ animo.semper@gmail.com

5. Que tarde, como sublinhaste, que alegria dos tantos REENCONTROS com amigos e camaradas que há muito não nos víamos! PORTUGAL QUER REENCONTRAR-SE CONSIGO PRÓPRIO, não duvido, com a ALEGRIA que ABRIL anunciou. Obrigado, António, pelo contributo que hoje começaste a dar-nos para que cada um comece por se reencontrar consigo mesmo!

6. Não duvido de que, contigo em Belém, teremos um Palácio de PORTAS ABERTAS a TODOS, tal como nesse inesquecível Dezembro de 2013, porque está na massa desse teu sangue genuíno, nesse teu chão de beirão penamacorense, sim, mas COMPROMETIDO com o chão deste nosso Portugal INTEIRO, queres CONTAR CONNOSCO para te ajudar a construir um Portugal mais SOLIDÁRIO.

Fui testemunha privilegiada dos anos que contigo convivi no nosso Grupo Parlamentar, onde, mais uma vez, conseguiste, entre outros contributos, trabalhar por reformar a vida parlamentar e conseguirmos ter um Parlamento aberto e um Governo, qualquer que ele fosse, a debater com mais regularidade, aumentando assim a confiança de TODOS os cidadãos. É esse Presidente seguro, confiante e SOLIDÁRIO, que queremos em Belém! Seguramente!

A partir de 9 de Março, em Belém, para além dos Pastéis, passa a servir-se, agora, uma CIDADANIA mais doce e solidária que a TODOS, TODOS, TODOS nos convém!



## Conferência AO.RI discute valorização e comercialização do artesanato

// Sardoal vai ser palco, no dia 19 de março, da 4.ª edição da Conferência AO.RI – Artes e Ofícios do Ribatejo Interior.

Sob o mote a “Valorização & Comercialização do Produto Artístico”, esta iniciativa terá como oradores Laurel, Alameda Turquesa, Napperon, The Spot Market, INPI, Turismo de Portugal e Turismo Centro e uma representante do Governo de Castilla-La Mancha, em Espanha.

A TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, juntamente com os Municípios de Abrantes, de Constância e de Sardoal, volta a realizar a ação, cujo objetivo é “criar oportunidades de diálogo, partilha e inspiração entre artesãos, representantes culturais e a população em geral”. A 4.ª Conferência AO.RI vai acontecer no Dia Mundial do Artesão, 19 de março, este ano em Sardoal, no Centro Cultural Gil Vicente.

A sessão terá início pelas 9h15, com a sessão de abertura a cargo de Pedro Rosa, na dupla função de presidente do Município de Sardoal e da TAGUS, e de Conceição Pereira, técnica coordenadora da TAGUS. Este momento deverá terminar com a intervenção do Turismo de Portugal.

A primeira sessão, dedicada à valorização das artes, será moderada pela responsável da divisão de Investigação e Dinamização Cultural, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. E conta com a intervenção da Laurel – Associação Portuguesa de Marcas de Excelência, na figura do seu presidente Jorge Leitão, responsável pela marca Leitão & Irmão Joalheiros. “Narrar a Identidade Portuguesa através de Marcas de Excelência é a temática da apresentação da entidade, que cria pontes entre as marcas de luxo portuguesas e os mercados internacionais”.

Outra das oradoras desta sessão é Carolina Santos, criadora da Alameda Turquesa, distinta marca de calçado, carteiras e outros acessórios usadas por celebridades internacionais, que irá partilhar o percurso “Da Produção Artesanal à Exclusividade do Mercado de Luxo”.

Paulo Passos, gerente e designer da Napperon, integra este painel para apresentar o projeto de identidade territorial VPLAY, criado para

valorizar e promover o património local de forma lúdica, educativa e interativa e que foi distinguido como “Melhor Projeto de Touring Cultural e Paisagístico” nos Prémios Património Ibérico 2025.

A segunda conversa será subordinada aos horizontes da comercialização, moderada pelo CEARTE. Esta palestra é integrada por Carla Valenti, da Market Makers, que dará a conhecer o The Spot Market, um mercado urbano de moda e lifestyle, que funciona como espaço de divulgação de marcas independentes, mas também de promoção da criatividade e do empreendedorismo, que além de se realizar em Lisboa, já se expandiu para Madrid e Sevilha.

Vinda de Toledo é a participação de Arantxa Pérez Gil, diretora-geral do Turismo, Comércio e Artesanato do Governo de Castilla-La Mancha para falar sobre a comercialização do produto e a organização da FARCAMA - Feira de Artesanato de Castilla-La Mancha, que além da sua edição em Espanha, já fez feiras internacionais em Portugal e França. A governante estará acompanhada pelo presidente da FARCAMAN – Federação Regional de Associações de Artesãos.

O programa inclui ainda a intervenção de Margarida Matias, vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que abordará a importância

do registo de marcas e patentes no contexto do artesanato, como instrumento essencial de proteção e comercialização dos produtos, tornando-os diferenciadores no mercado e protegendo o seu trabalho criativo.

O encerramento da conferência ficará a cargo de Anabela Freitas, vice-presidente do Turismo do Centro, seguindo-se um momento de debate aberto.

Após a pausa para almoço livre, a iniciativa prossegue com uma visita ao Art Of e ao Cá da Terra, proporcionando aos participantes um contacto direto com estes projetos ligados ao artesanato, aos produtos locais e à identidade territorial.

A 4.ª Conferência AO.RI vem na continuidade dos trabalhos, no âmbito do projeto AO.RI – Artes e Ofícios do Ribatejo Interior, desenvolvido pela TAGUS e pelos Municípios de Abrantes, Constância e Sardoal, que foi apoiado pelo Centro2020, do Portugal2020 e cofinanciado pelo FEDER. O projeto foi finalista do Prémio Nacional de Artesanato 2023, na categoria Prémio Promoção para Entidades Privadas.

Ainda no ano passado, sob o mote da valorização das artes e ofícios, a TAGUS levou 10 artesãos à Tallinn, na Estónia, no âmbito do programa ERASMUS + Mobilidade de Adultos, que ficaram a conhecer a realidade e as formas de valorização da Estónia. E recentemente viu a sua candidatura, para criar uma central de reservas e rotas de visitação do Ribatejo Interior alicerçadas no artesanato, aprovada no âmbito da Linha + Interior Turismo, pelo Turismo de Portugal.

/ Conferência AO.RI – Artes e Ofícios do Ribatejo Interior no Pego



## Coronel João Santos é o novo Comandante Territorial de Santarém

// O Comando Territorial de Santarém da GNR tem novo comandante desde o dia 20 de fevereiro.

O coronel João Santos tomou posse do novo cargo depois de ter desempenhado as funções de 2.º comandante do Comando Territorial de Santarém.

A cerimónia, que decorreu nas instalações do Comando Territorial de Santarém, foi presidida pelo comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso, que conferiu posse ao novo comandante.

João Paulo Gonçalves dos Santos, tem 50 anos, é natural de Alvega, concelho de Abrantes, é casado e tem um filho.

Do ponto de vista académico, é mestre em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa, licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar e possui uma pós-graduação em Direito e Segurança, bem como uma pós-graduação em Ciências Militares e Policiais.

Ao longo da sua carreira profissional, desempenhou diversas funções, das quais se destacam: 2.º comandante do Comando Territorial de Santarém; chefe de Secção no Estado Maior do Comando Territorial de Santarém; chefe da Divisão de Ensino, no Comando da Doutrina e Formação; chefe da



/ João Santos, natural de Alvega, tomou posse no dia 20 de fevereiro

Divisão de Emprego Operacional, no Comando Operacional; chefe de Secção no Estado Maior do Comando Territorial de Leiria; comandante do Destacamento Territorial de Abrantes; comandante do Destacamento Territorial de Ponte de Sor.

O Comando Territorial de Santarém é uma Unidade da Guarda Nacional Republicana com sede na cidade de Santarém, responsável pelo cumprimento da missão da GNR no distrito. Tem como missão garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurar a ordem e a tranquilidade públicas e a prote-

ção de pessoas e bens, prevenir a criminalidade em geral, desenvolver ações de investigação criminal e contraordenacional, zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, promover e garantir a segurança rodoviária, bem como assegurar a vigilância e proteção de pontos sensíveis.

Integra um Destacamento de Intervenção, um Destacamento de Trânsito e cinco Destacamentos Territoriais, designadamente Abrantes, Coruche, Santarém, Tomar e Torres Novas, dispondo cada um deles de vários Postos Territoriais, num total de 26.

## //VILA NOVA DA BARQUINHA

### Orçamento Participativo Jovem com candidaturas abertas

O Município de Vila Nova da Barquinha promove mais uma edição do Orçamento Participativo Jovem (OPJ), um instrumento que dá voz aos jovens do concelho e reforça a sua participação ativa na construção das políticas públicas locais. Destinado a jovens entre os 15 e os 30 anos (inclusive), residentes no concelho, o OPJ permite apresentar propostas de investimento municipal até ao montante máximo de 6 mil euros, definido para 2026.

Este processo tem natureza consultiva e deliberativa: numa primeira fase, os jovens apresentam propostas, que serão alvo de análise técnica; posteriormente, os projetos elegíveis são submetidos a votação, sendo os próprios jovens a decidir o projeto vencedor.

O período de apresentação de propostas está a decorrer até ao



dia 23 de março. A análise técnica realiza-se de 24 de março a 6 de abril, seguindo-se a publicação da lista provisória a 7 de abril. O período de reclamações decorre de 8 a 14 de abril, sendo a lista definitiva anunciada a 15 de abril. A apresentação pública das propostas e respetiva votação terão lugar no dia 27 de maio, no Auditório do Centro Cultural, e a cerimónia oficial de

entrega do prémio realiza-se a 10 de junho.

As propostas devem ser enviadas para o e-mail [juventude@cm-vnbarquinha.pt](mailto:juventude@cm-vnbarquinha.pt), com a indicação "OPJVNB" no assunto. O regulamento e o formulário de candidatura encontram-se disponíveis no site do Município em <https://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/viver/orcamento-participativo-jovem>.

A Câmara Municipal "reconhece o OPJ como uma ferramenta essencial para fortalecer a democracia local, promover a transparência e incentivar uma juventude mais participativa e comprometida com o futuro de Vila Nova da Barquinha".

O desafio está lançado. O Município alerta os jovens de que "esta é a vossa oportunidade de transformar ideias em projetos concretos para o concelho".

## OPINIÃO /



/ José Alves Jana  
/ FILÓSOFO

## O Chega

Um dos fenómenos mais significativos e menos esperados tem sido, não a existência do Chega, mas o seu sucesso tão rápido.

Basta olhar para os outros pequenos partidos para reconhecer que o seu êxito se deve, em boa medida, à fertilidade do terreno onde foi lançada a semente. Mas não se ouve falar muito disso, ficamos pela condenação do que se afirma como indesejável ou perigoso... para a democracia.

Se não é politicamente incorreto afirmar que "os ciganos" são um problema social, pois nem todos são problema, a verdade é que há muitos ciganos (1/3? 2/3? 3/4? Não sabemos) que são problemáticos, não apenas como indivíduos, mas enquanto membros de uma sub-cultura específica. Muito boa gente tem tido com eles maus encontros e sente-se não só impotente, mas sobretudo não reconhecida nesse problema, menos ainda protegida. Não admira que as cicatrizes e o ressentimento deixem o chão lavrado para quem o queira cultivar.

Os imigrantes são uma necessidade, sobretudo económica: as empresas precisam de mão de obra disponível, de preferência barata (e mal defendida). Mas muitos portugueses têm problemas nas relações de proximidade com emigrantes: música muito alta, falta de cuidado com os resíduos domésticos... até o inevitável receio de lidar com pessoas tão diferentes à primeira vista, sem esquecer os restos da cultura colonialista ou mesmo os ressentimentos herdados do retorno aflito das ex-colónias. As relações com os imigrantes não são inócuas.

E até os turistas, sem problemas à partida, tornam-se com alguma frequência casos de atrito e de desproteção. E não é por racismo.

As pessoas comuns que sentem estas dificuldades, em vez de reconhecidas no seu problema, veem-se ainda condenadas por não respeitarem os "bons" princípios, para os quais ninguém as cultivou. A impotência é pólvora, explode à proximidade do fogo.

Ah, sim, o egoísmo, o egocentrismo, a falta de disponibilidade para acolher o outro que nos incomoda. Mas somos todos assim – exceto quando podemos aprender a superar o ponto de vista natural.

As forças que têm dominado a his-

tória recente do país têm procurado pôr em prática os princípios de uma certa filosofia social e política, mas não têm feito trabalho suficiente para levar com elas a comunidade dos cidadãos. Por isso, do seu ponto de vista, têm razão, mas perderam os eleitores.

Contudo, não deixa de ser estranho que tantos cidadãos, embora sintam dores nos calos, não cuidem de saber da qualidade do calista e se entreguem a quem de modo descarado lhes mente. Dizem, assim, que não se importam de ser enganados, o que é estranho.

O Chega promete "um país sem corrupção". Mas não há nem pode haver um país sem corrupção. Além disso, a corrupção faz parte da estrutura mental, logo social, do país. E o que abona o Chega como capaz de fazer o que promete, lutar contra a corrupção? O Chega corrompeu a decência na Assembleia da República; chegado à Câmara de Lisboa já exigiu lugares para os seus nas empresas municipais (um dos ninhos da corrupção na administração pública em Portugal) e veja-se o recente caso de assessoria na C.M. de Vila Franca de Xira. Já para não falar dos "casos" de tribunal entre os que se diz que vão limpar o país.

Há eleitores de muitos tipos que escolheram o Chega. Mas, pelos vistos, muitos só querem dar vazão ao seu ressentimento e não se importam, muito nem pouco, com o que vier a seguir. Talvez pertençam ao grupo dos que apenas sabem queixar-se e esperar por D. Sebastião, ou alguém por ele, que virá resolver os problemas. De facto, faz parte da cultura popular portuguesa, aprendida em séculos de dominação paternalista, a falta de compromisso com os resultados: há de haver alguém a cuidar de nós. É isso que, em boa medida, se vê no desprezo pelas previsões sobre os efeitos do aquecimento global ou da gestão desordenada do território e assim por diante. Mas se há uma catástrofe, logo se chama por Santa Bárbara. Ao contrário, por exemplo, dos japoneses, que se unem para tomar as medidas necessárias, e dos suíços, que votam de três em três meses para decidir que rumo devem levar as coisas, pequenas e grandes, da sua vida comum.

Ou eu ando muito enganado e com problemas de vista ou precisamos de dar uma boa volta à filosofia popular que orienta a nossa vida comum. O caso do Chega é só uma das suas manifestações.

## IA.parte.02

### IAEDU INTEGRA QUATRO NOVOS MODELOS DE IA NO ENSINO SUPERIOR

O serviço da FCT/FCCN passa a oferecer quatro novos modelos de IA generativa, democratizando o acesso a ferramentas avançadas para ensino superior e investigação.

### JOVENS PORTUGUESES E USO DE IA

Estudo indica que quase 90% das crianças e jovens (9-17 anos) em Portugal usam IA generativa, quase metade para tarefas escolares como resumos, explicações de textos e trabalhos de várias disciplinas, reforçando a urgência de literacia em IA nas escolas.

### EUROBARÓMETRO: PORTUGUESES LIDERAM NA EXIGÊNCIA DE PROFESSORES PREPARADOS

Um estudo Eurobarómetro mostra que 95% dos inquiridos em Portugal concordam que todos os professores devem ter competências para ajudar alunos a reconhecer desinformação gerada por IA, valor acima da média da UE.

### CES 2026: CASA INTELIGENTE COM ASSISTENTE GEMINI NA COZINHA

Na CES 2026, a Samsung apresentou electrodomésticos que integram o assistente da Google em frigoríficos, permitindo gerir alimentos, sugerir receitas e apoiar decisões de consumo de forma automática.

### CES 2026: HUMANOIDES ENTRAM EM FASE DE UTILIZAÇÃO COMERCIAL

Avanços em IA aceleram a chegada dos robôs humanoides ao mercado. Modelos como o Atlas, da Boston Dynamics, já começam a operar em tarefas industriais com produção esgotada para 2026.

### DEEPFAKES CUSTARAM MAIS DE 930 MILHÕES DE EUROS EM FRAUDES EM 2025

As fraudes com uso de deepfakes atingiram níveis recorde, o triplo de 2024. Mais de 80% destas perdas ocorreram em redes sociais, sendo o Facebook, o WhatsApp e o Telegram as mais visadas.

### MISTRAL LANÇA MODELOS DE TRANSCRIÇÃO DE VOZ EM DISPOSITIVO

A Mistral.ai apresentou modelos de transcrição de voz concebidos para correr localmente em smartphones e portáteis, com baixa latência, abrindo caminho a aplicações educativas de legendagem em tempo real e apoio à acessibilidade.

### ANTHROPIC EXPANDE "COWORK" COM AGENTES ESPECIALIZADOS E PLUG-INS

A Anthropic adicionou plug-ins ao Cowork, permitindo às organizações criar agentes especializados por departamento (por exemplo, apoio a professores, suporte a estudantes) com automação de fluxos sem grande complexidade técnica.

/ João Pereira



/ Equipa de colheita de órgãos da ULS Médio Tejo

## ULS Médio Tejo aumenta número de órgãos colhidos para transplantação

A Unidade Local de Saúde do Médio Tejo (ULS Médio Tejo) registou, em 2025, um crescimento da atividade de doação de órgãos, consolidando um percurso que, desde 2009, a distingue no panorama nacional.

A atividade desenvolvida pela Equipa de Colheita de Órgãos e Tecidos do Serviço de Medicina Intensiva “evidencia, uma vez mais, o compromisso da ULS Médio Tejo em salvar vidas e oferecer esperança aos mais de dois mil doentes que aguardam por um transplante em Portugal, reforçando o papel determinante da instituição neste domínio a nível nacional”, fez saber a ULS em comunicado.

Na nota, refere-se que ao longo do último ano, foram identificados seis doadores em morte cerebral, dos quais resultou a colheita de 16 órgãos vitais — dois pulmões, dois corações, seis fígados e seis rins —, representando um aumento face a 2024, ano em que tinham sido colhidos 14 órgãos (oito fígados e seis rins) provenientes de nove doadores.

A ULS Médio Tejo, que serve uma população de cerca de 170 mil utentes, alcançou assim, em 2025, uma taxa de 35,3 doadores por milhão de habitantes e 94,1 órgãos colhidos por milhão de habitantes, com uma média de 2,7 órgãos por doador.

Em 2025, a idade média dos doadores foi de 48 anos, inferior ao habitual, com idades compreendidas entre os 33 e os 85 anos. Quatro dos doadores eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. As causas associadas à morte cerebral dos doadores apresentaram também um padrão distinto do habitual, com três casos de paragem cardiorrespiratória, dois de acidente vascular cerebral hemorrágico e um de trauma crânioencefálico.

Lucília Pessoa, médica intensivista e coordenadora hospitalar da doação de órgãos da ULS Médio Tejo, sublinha que “a doação de órgãos entre seres humanos é, sem dúvida, um dos gestos mais altruístas que existe, e cada processo de doação representa um momento de enorme exigência clínica e humana. Em 2025, aumentámos o número de órgãos colhidos, o que significa mais oportunidades de vida para doentes em lista de espera. Este é um trabalho que só é possível gra-

ças ao empenho articulado de uma equipa multidisciplinar altamente dedicada e à generosidade dos nossos utentes e das suas famílias.”

Também o presidente do Conselho de Administração da ULS Médio Tejo, Casimiro Ramos, destaca o significado destes resultados afirmando que “o aumento do número de órgãos para transplantação em 2025 confirma a consistência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas equipas da ULS Médio Tejo ao longo dos últimos anos. Este percurso, iniciado há mais de década e meia, demonstra que, mesmo longe dos grandes centros nacionais, é possível alcançar resultados de excelência quando existe organização, competência técnica e um compromisso claro com a vida”.

### Castelo Branco HELENA FILIPE MARUJO NOTÁRIA

#### EXTRATO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que foi lavrada, no dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, neste Cartório Notarial em Castelo Branco, a cargo da notária Helena Luís Rosa Filipe Marujo, no livro de notas para escrituras diversas número quarenta e dois - H, com início a folhas um verso, escritura de justificação pela qual JÚLIO PEREIRA CARDA, natural da freguesia de Mouriscas, concelho de Abrantes casado sob o regime da comunhão de adquiridos com MARIA DO CARMO MARQUES, residente na Rua José Batista Martins, n.º 11, em Vila Velha de Ródão, DECLAROU ser dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, e com natureza de seu bem próprio, do seguinte prédio, na freguesia de Mouriscas, concelho de Abrantes e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes: Prédio Urbano, sito em Entre Serras, composto de terreno em área urbana com a área de cinquenta metros quadrados, a confrontar de norte com Miguel Marques da Clara, de sul com Francisco Lourenço Pereira, de nascente com Pedro Pimenta e de poente com caminho público, inscrito na matriz sob o artigo 1185. Mais declarou que o prédio veio à posse dele justificante no ano de mil novecentos e sessenta e nove, data em que entrou na posse do mesmo, ainda no estado de solteiro, por doação meramente verbal de Felicíssimo Lourenço Pereira, casado com Engracia Rosa Pereira, residente que foi em Entre Serras, Mouriscas, Abrantes, já falecidos.-----  
Castelo Branco, 06 de fevereiro de 2026.-----  
A Notária

**CARTÓRIO NOTARIAL DE MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO**  
Rua Dr. Eduardo de Castro, n.º19, r/c, 6110-218 Vila de Rei  
Telf: 274.898.162 Tlm: 927.735.540

#### EXTRATO DE JUSTIFICAÇÃO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que por escritura outorgada em dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, exarada a folhas TRINTA E DOIS e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número QUARENTA E SEIS - A, MANUEL DA SILVA MARTINS, NIF 140.911.693 e mulher VIRGÍNIA INÊS GIL MARTINS, NIF 122.687.078, casados sob o regime da comunhão geral, ambos naturais da freguesia de Abrantes (São Vicente), concelho de Abrantes, residentes habitualmente na Rua da Barca, número 8, Barca do Pego, União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, concelho de Abrantes, declararam que são donos e legítimos proprietários, com exclusão de outrem, do seguinte imóvel: Prédio urbano, composto por casa destinada a habitação de um piso e logradouro, sito na Rua da Barca, número 8, Barca do Pego, União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, concelho de Abrantes, com área total de trezentos e trinta e quatro metros quadrados, sendo superfície coberta de sessenta e três metros quadrados e área descoberta de duzentos e setenta e um metros quadrados, a confrontar do norte com Hermínio Manuel Marques dos Santos, do sul e do poente com António Inês Gil e do nascente com Estrada, omissão na Conservatória do Registo Predial de Abrantes, inscrito na matriz em nome do justificante marido, sob o artigo 1845 (proveniente do artigo urbano 1271, da extinta freguesia de Alferrarede), com o valor patrimonial tributário de 17.030,00 euros. Que desconhecem qualquer outra proveniência do artigo, quer urbano quer rústico onde o mesmo foi implantado, apesar das buscas efetuadas. Que o imóvel acima identificado foi adquirido pelos justificantes, por doação meramente verbal que dele lhes fizeram os pais da justificante mulher, António Gil Corico e mulher Ana Inês, casado sob o regime da comunhão geral, residentes que foram na Barca do Pego, União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, concelho de Abrantes, feita em data que não sabem precisar, mas que situam no ano de mil novecentos e sessenta e cinco e, portanto, há mais de vinte anos, ao tempo os justificantes já no estado de casados entre si, no indicado regime de bens. Que desde que a mesma foi efetuada até esta data, sempre eles justificantes usufruíram do citado imóvel, ininterruptamente, à vista de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja, com a consciência de utilizar e fruir coisa exclusivamente sua, adquirida de anteriores proprietários, habitando-o pagando as respetivas contribuições, utilizando-o e procedendo às obras necessárias à manutenção e conservação do mesmo. Que em consequência de tal posse, em nome próprio, pacífica, pública e contínua, adquiriram sobre o dito imóvel o direito de propriedade por usucapião, não tendo em face do modo de aquisição, documento que lhes permita comprovar o seu direito de propriedade perfeita.-----  
Está conforme.-----  
Cartório Notarial de Vila de Rei, a cargo da Notária Maria da Conceição Fernandes Ribeiro, dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis.-----  
A Notária



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ABRANTES

## CONVOCATÓRIA

### ASSEMBLEIA GERAL

De acordo com o art.º 22, n.º 2, alínea b) do Compromisso, CONVOCO os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, para a Reunião Ordinária da Assembleia Geral que se realiza Sábado, dia 28 de março de 2026 pelas 14H30, no Auditório do Sector Cultural do LAR - HOSPITAL D. LEONOR PALER CARRERA DE VIEGAS.

#### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Leitura e aprovação da Ata 28 de 29 de novembro de 2025.
- 2 - Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2025 e Parecer do Conselho Fiscal do Exercício de 2025.
- 3 - Análise e votação da proposta da Mesa Administrativa para alienação de prédios urbanos e rústicos.
- 4 - Ratificação da Contratação de Empréstimo junto do Banco Montepio (Caixa Económica Montepio Geral) e de Garantia deste Empréstimo, junto do Fundo Europeu do Investimento, conforme tipologia específica da Linha Protocolada + Impacto Social.
- 5 - Período de 30 (trinta) minutos para tratar de qualquer assunto que a Assembleia considere de interesse para a vida da Instituição.

Se à hora marcada não houver número suficiente de Irmãos para a Assembleia funcionar, (mais de 50%), a mesma terá lugar meia hora depois (15h00m), com qualquer número de presenças, de acordo com o estatuído no art.º 24, n.º 1.

Abrantes, 27 de fevereiro de 2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

(Dr. Humberto Feres Lopes)

NOMES COM HISTÓRIA /



/ Teresa Aparício

## Rua Nova



**E** uma rua estreita e velhinha, uma das poucas que, pelo menos em parte, ainda conserva o seu traçado medieval. Tem início no do Largo da Ferraria e vai desembocar, já um pouco mais alargada, na Rua de S. Pedro, frente ao Edifício Carneiro. Este topónimo é comum no nosso país, pois vamos encontrá-lo em muitas povoações antigas, até mesmo nas nossas duas principais cidades, Lisboa e Porto, onde do mesmo se encontram referências que recuam ao século XIV. Em Abrantes, sabemos que aparece mencionado em documentos a partir de 1321. Segundo o padre Luís Cardoso, autor do Dicionário Geográfico escrito ente 1747 e 1752, é uma das duas ruas mais antigas de Abrantes, o que é bastante credível dada a sua proximidade com o Castelo e já por essa altura se encontrava bastante degradada, com muitas habitações em ruínas.

Há quem defenda que a Judiaria se teria situado por aqui entre a Rua Nova e a Rua da Palma, hipótese ainda não totalmente confirmada. Judiaria existiria certamente em Abrantes pelos fins da Idade Média, pois a investigadora Maria José Ferro, no seu livro *Judeus em Portugal no século XV*, refere que entre 1383 e 1493 existia uma significativa comunidade judaica em Abrantes, o que também é comprovado em documentação da Chancelaria de D. João I. A dúvida está apenas no que respeita à sua situação. Documentos de 1398 e 1404 dizem que se encontrava junto da Casa do Concelho desta Vila, ora sabe-se que a Casa da Câmara está no local onde se encontra presentemente desde o reinado de D. Manuel I (1495-1521). E anteriormente situar-se-ia neste mesmo local ou na Rua Nova? Em função desta dúvida há quem defenda que a Judiaria ficaria nas traseiras do atual edifício da Câmara, na Rua Condes de Abrantes, também conhecida por Rua da Boga. Contudo num outro documento de 1423, a Judiaria confinava com as casas do Mosteiro de... ora segundo a tradição, o Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, antes de se instalar em 1548 nas suas novas instalações perto do Convento de S. Domingos, teria tido o seu primeiro assento precisamente nesta rua, o que reforça a hipótese de a Judiaria se ter situado também por aqui.

Avancemos agora uns séculos. Muito mais tarde, nas primeiras décadas do século XX,

o cinema na sua infância, quando nem sequer ainda falava, teve nesta rua uma das suas primeiras moradas.

O cinema chegou cedo a Abrantes. Os irmãos Lumière fizeram, em 1895 em Paris, a primeira apresentação de um espetáculo com imagens em movimento. Foi uma descoberta que fez sensação e que rapidamente se espalhou pelo mundo. Passados apenas quatro anos, em 16 de julho de 1899, já os habitantes de Abrantes podiam assistir no Teatro Taborada à projeção do primeiro filme, trazido pela mão do fotógrafo José Tavares da Silva. Era então chamado Animatógrafo e tornou-se depois a animação da moda, apresentado sempre com muito público, numa barraca na Feira de S. Matias. Em 1908 sob a responsabilidade da empresa Santos Martins e Ribas, teve pela primeira vez residência fixa, ficando magnificamente instalado como referem os jornais da época, numa barraca no Largo do Príncipe Real, hoje Jardim da República, onde se manteve até 1922.

Passados quatro anos, um novo cinema nasceu em Abrantes, já não numa barraca mas num edifício situado na Rua Nova, do lado direito quase em frente do Edifício Carneiro. Foi chamado Éden Salão e abriu as suas portas graças à iniciativa de João Maria Gueifão. Os jornais da terra deram especial relevo ao acontecimento: Realiza-se hoje (31-10-1926) uma surpreendente soirée de cinema e variedades a favor das vítimas do Faial. Sob a mesa o monumental filme *Lábios Selados* e tomam parte nas variedades gentis donzelas e

cavalheiros da nossa cidade.

Em Março do ano seguinte, foi inaugurado um novo cinema na Misericórdia, conhecido pelo Chapas, oferecido pelo então provedor Dr. Solano de Abreu e cujas receitas revertiam a favor daquela instituição.

Durante alguns anos, estes dois espaços de cinema competiram entre si na exibição dos filmes de maior êxito. Em 1930, apareceu mais um concorrente no Rossio ao Sul do Tejo e pouco tempo depois surge uma novidade – o cinema sonoro – cuja primeira apresentação em Abrantes foi feita na Misericórdia, em Janeiro de 1932. O Éden Salão revelou algumas dificuldades em se adaptar a esta nova situação e em Abril ainda não tinha o equipamento necessário para a projeção de filmes sonoros. Houve tentativas de atualização mas as coisas não correram bem e acabou por encerrar em Dezembro desse mesmo ano. O Chapas lá foi continuando a funcionar, embora por fim já em más condições, até à inauguração do Teatro de S. Pedro em Fevereiro de 1949, obra que se deveu sobretudo à iniciativa do Dr. Manuel Fernandes.

Consultas:

- Campos, Eduardo, *Toponímia Abrantina*, edição C.M.A., 1989
- Salvador, Helena, *Subsídios para o Estudo do Cinema em Abrantes*, Zahara nº 13, edição Associação Cultural Palha de Abrantes
- [WWW.coisasdeabrantes.blogspot.com](http://WWW.coisasdeabrantes.blogspot.com) (de José Vieira)

media **on** Grupo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Regularize o pagamento dos portes de envio do seu jornal

através da nossa redação ou por transferência bancária: NIB 0036 0059 99100093265 67

uma nova forma de comunicar. ligados por natureza.

241 360 170 . [geral@mediaon.com.pt](mailto:geral@mediaon.com.pt)  
[www.mediaon.com.pt](http://www.mediaon.com.pt)

antena **ja** Tágide  
967 livre radiotagide.pt  
A Rádio dos Bons Velhos Tempos



**FLOR DE PRATA**  
Ana Cristina Miguel & Ricardo Figueiredo  
Flores | Prata | Perfumes

Rua Ramalho Ortigão  
2200-291 ABRANTES  
Centro Comercial Continente - Loja 5  
2200 ABRANTES  
Telem.: 965 317 806

**A Nova Funerária de  
Abrantes, Lda**  
com gerência de:

Ana Cristina Miguel  
Tel.: 965 317 806 Serviço Permanente

**Funerais - Trasladações - Corôas  
Flores Artificiais e Artigos Religiosos**

RUA RAMALHO ORTIGÃO - 2200-291 Abrantes

# TERAPIA DA FALA PARA LÁ DAS PALAVRAS



Muitas pessoas ainda associam a terapia da fala apenas à correção de um «r» mal pronunciado ou à fala «trapalhona» de uma criança, mas a realidade desta profissão é muito mais vasta. Como sublinha Susana Portinha, terapeuta da fala na Unidade Local de Saúde do Médio Tejo (ULS), esta é uma área profundamente versátil que acompanha o ser humano ao longo de todo o ciclo de vida.

A intervenção começa logo na Neonatologia, onde o terapeuta ajuda a resolver dificuldades na amamentação, garantindo que o bebé se alimenta de forma eficaz. À medida que crescemos, o foco expande-se para a Pediatria, promovendo o desenvolvimento da linguagem e da fala, mas o apoio estende-se também à otorrinolaringologia para tratar patologias da voz. Nos adultos, o papel torna-se crucial na Medicina Física e Reabilitação, onde atua em pessoas que, devido a acidentes ou doenças, perderam a capacidade de comunicar ou têm patologias da fala, devolvendo-lhes a funcionalidade e a dignidade. No internamento hospitalar, estes profissionais asseguram que as altas são mais seguras, monitorizando a segurança alimentar e comunicativa do doente.

No Serviço de Pediatria da Unidade de Tomar da ULS do Médio Tejo, a terapeuta Catarina Ferreira destaca que saber quando procurar ajuda é o primeiro passo para o sucesso. Não existe uma regra única, pois tudo depende da idade e da dificuldade específica. Se aos dois anos a criança não diz nenhuma palavra ou tem dificuldades visíveis em pedir o que quer, é altura de agir. Por volta dos três anos, pode surgir uma gaguez funcional que muitas vezes passa, mas só uma avaliação profissional pode



garantir se é algo passageiro ou se exige intervenção. A partir desta idade, as trocas de sons ou erros constantes nas palavras são sinais vermelhos que devem ser tidos em conta. Mais tarde, no primeiro ciclo, o terapeuta da fala entra em cena para apoiar quem sente dificuldades na leitura e na escrita.

O mais fascinante é que, com as crianças, a terapia da fala acontece através de brincadeiras. Recorre a jogos, pinturas e ao «faz-de-conta» e aplica métodos científicos num ambiente onde a criança se

sente livre. Seja num gabinete ou num ginásio, onde o movimento potencia a comunicação, o objetivo é sempre o mesmo: dar ferramentas para que cada pessoa consiga expressar o seu lugar no mundo através da fala.

### Sinais de alerta nas crianças: procure um terapeuta da fala

Muitas vezes, o alerta de que algo não está bem não é o que a criança diz, mas, sim, como ela interage com o mundo. Fique atento a estes sinais menos óbvios:

- O "intérprete" constante: se só os pais percebem o que a criança diz e precisam de «traduzir» tudo o que ela comunica a estranhos ou familiares após os 3 anos;

- Esforço e tensão: observe se a criança faz força com o rosto ou pescoço ou se bloqueia a respiração para conseguir «soltar» as palavras;

- O olhar fugidio: se a criança parece estar no seu próprio mundo, não responde ao nome ou não usa o olhar, por exemplo, para mostrar o interesse por um brinquedo a um adulto;

- Dificuldades à mesa: se

a criança recusa sistematicamente certas texturas (só come alimentos passados ou só secos) ou se engasga com frequência;

- Frustração e comportamento: muitas birras inexplicáveis podem ser, na verdade, falta de ferramentas linguísticas — por exemplo, se a criança morde, grita ou chora, não conseguindo autorregular-se;

- Perda de competências: se a criança já falava algumas palavras ou frases e, de repente, parece ter-se «esquecido» ou parado de progredir, é necessária uma avaliação imediata.



**abranclinica**  
 .....  
 IMAGIOLOGIA  
 RESSONÂNCIA MAGNÉTICA  
 TAC  
 TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTORIZADA  
 RADIOLOGIA GERAL DIGITAL  
 ORTOPANTOMOGRAMA DIGITAL  
 CEFALOMETRIA  
 DENTAL SCAN  
 DENSITOMETRIA  
 ÓSSEA E CORPORAL  
 ECOGRAFIA GERAL  
 ECOGRAFIA ENDOCAVITÁRIA  
 ECO-DOPPLER COLORIDO  
 ECOCARDIOGRAFIA  
 .....

R. D. Afonso Henriques, 31 - 2200 Abrantes  
 Tel.: 241 360 270 - Fax: 241 366 681

## ANTÓNIO PIRES DE OLIVEIRA

**ADVOGADO**

ESCRITÓRIO:

ABRANTES: Rua de Santa Isabel, n.º1 - 1.º Dt.º - Tel.: 241 360 540 - Fax: 241 372 481  
 Tel.: 966026783 - e-mail: dr.a.oliveira-355e@adv.ou.pt

## J. A. CARDOSO BARBOSA

**OTORRINOLARINGOLOGISTA**  
 (Ouvidos, Nariz Garganta)

Consultas e Exames de Audição  
 Edifício Tejo/Sopadel, Sala 1 - 1.º Piso (Junto ao novo Terminal Rodoviário)

Marcação de Consultas pelo Telefone 241 363 111

## OURIVESARIA Heleno

OURO . PRATA . RELÓGIOS . CASQUINHAS . TAÇAS

Representante oficial dos artigos  
**PANDORA™** e **NOMINATION**

Relógios



RUA MONTEIRO DE LIMA, 16-A. ABRANTES • Tel. 241 366 393

## ARRENDA-SE

### ESPAÇO COMERCIAL C/140M<sup>2</sup>

**CENTRO CIDADE DE ABRANTES  
 (CENTRO HISTÓRICO)  
 CONTACTO: 969068461**



A FUNERÁRIA

**PAULINO**



ABRANTES - VILA DE REI

[afunerariapaulino@hotmail.com](mailto:afunerariapaulino@hotmail.com)

SERVIÇO PERMANENTE

SEDE

Rua Nossa Senhora  
 da Conceição, 40  
 2200-392 Abrantes  
 Tel/Fax.: 241 362 737  
 Telem.: 914 612 714  
 Telem.: 917 595 537

FUNERAIS  
 TRASLADAÇÕES  
 FLORES  
 ARTIGOS RELIGIOSOS  
 CAMPAS

FILIAL

Largo da Devesa, Lt 3  
 6110-208 Vila de Rei  
 Tel/Fax.: 274 898 569  
 Telem.: 914 975 840

André Grácio | Advogado

TEL.: 241 372 329  
[andregracia-1588e@adv.ou.pt](mailto:andregracia-1588e@adv.ou.pt)  
 Av. 25 de Abril 127 1.ºE  
 2200-299  
 Cól. Prof. a.º 1588/E  
 NIF: 196520961



**ABRANFRIO**  
 EQUIPAMENTOS HOTELEIROS, LDA.

QUEREMOS SER

VENDA: A solução... com confiança  
 MONTAGEM: A dedicação... com objectivos futuros  
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA: A prontidão... com preocupação

SOMOS

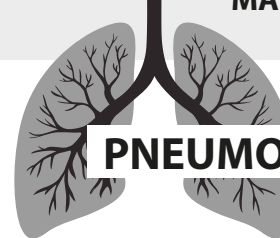
• ESTUDO • FORNECIMENTO • ASSISTÊNCIA  
 • PROJECTO • MONTAGEM TÉCNICA

Tel.: 241 379 850  
 Fax: 241 379 859  
 Av. 25 de Abril, 675  
 2200-299 Abrantes  
 Portugal  
[geral@abranfrio.pt](mailto:geral@abranfrio.pt)



O seu jornal  
 há 125 anos

MARGARIDA PIMENTA  
 VALÉRIO



**PNEUMOLOGISTA**

CONSULTAS DE PNEUMOLOGIA  
 E ALERGOLOGIA RESPIRATÓRIA  
 EXAMES DE ESPIROMETRIA E ESTUDO DO SONO  
 Consultório: Praceta Arq. Raúl Lino Edif. Tejo / Sopadel  
 1.º Andar Escritório 2 Abrantes Telefone 241 372 920

A ABRANCOP está a recrutar trabalhadores  
 na área da construção civil

Precisa de trabalho? Consulte-nos: 914 992 719



Rua de Angola, n.º 35 - 2205-674 Tramagal - Abrantes  
 Tel. 241 890 330 - Fax: 241 890 333 - Tm: 91 499 27 19  
[geral@abrancop.pt](mailto:geral@abrancop.pt) - [www.abrancop.pt](http://www.abrancop.pt)

## Fisabrantés

Centro de Fisioterapia Unipessoal, Lda.

Médico Fisiatra  
 Dr. Jorge Manuel B. Monteiro

Fisioterapeuta  
 Teresinha M. M. Gueifão

Terapia da Fala  
 Dr.ª Sara Pereira

Psicóloga Clínica Aconselhamento  
 Ana Lúcia Silvério

Audiologia / aparelhos auditivos  
 Dr.ª Helena Inocência

Acordos: C.G.D., SAMS, PSP, SEGUROS, PT - Consultas pela ADSE  
 Telef./Fax 241 372 082

**CENTRO MÉDICO E ENFERMAGEM DE ABRANTES**  
 Largo de São João, N.º 1 - Telefones: 241 371 690 - 241 094 143  
 e-mail: [geral@misericordiadearabantes.pt](mailto:geral@misericordiadearabantes.pt)

CONSULTAS

ACUPUNCTURA	NEUROCIRURGIA
ALERGOLOGIA	NEUROLOGIA
CARDIOLOGIA	OBSTETRÍCIA/GINECOLOGIA
CIRURGIA	OFTALMOLOGIA
CLÍNICA GERAL	ORTOPEDIA
DERMATOLOGIA	PNEUMOLOGIA
EEG-ELETOENCEFALOGRAFIA	PROVA F. RESPIRATÓRIAS
FISIOTERAPIA/OSTEOPATIA	PSICOLOGIA
GASTROENTEROLOGIA	PSIQUIATRIA
HOMEOPATIA	REUMATOLOGIA
	UROLOGIA

QUARTEL

GALERIA MUNICIPAL  
DE ARTE

# Registos, os Relicários da Memória



07-03-26

27-06-26

Três núcleos expositivos, três olhares sobre o Sagrado:

**Coleção Família** | **Os registos** | **Registos tradicionais**  
**Marçal Ruivo da Silva** | **da Micá** | **do Pego, Abrantes**

Largo de Sant'Ana, Abrantes, GPS: 39.464200, -8.201063 | +351 241 331 408 | galeria.arte@cm-abrantes.pt